

# RELATÓRIO DE AÇÃO FISCALIZATÓRIA

## LEVANTAMENTO DOS PPAs MUNICIPAIS E SUA ADERÊNCIA AOS ODS



Coordenadoria de Auditoria dos Municípios

2021



# RELATÓRIO DE AÇÃO FISCALIZATÓRIA

LEVANTAMENTO DOS PPAs MUNICIPAIS  
E SUA ADERÊNCIA AOS ODS

*Coordenadoria de  
Auditoria dos Municípios*





# Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

## Presidente

Conselheiro Mauri José Torres Duarte

## Vice-Presidente

Conselheiro Gilberto Pinto Monteiro Diniz

## Corregedor

Conselheiro Durval Ângelo Andrade

## Conselheiros

Wanderley Geraldo de Ávila (Ouvidor)

Sebastião Helvecio Ramos de Castro

Cláudio Couto Terrão

José Alves Viana

## Conselheiros Substitutos

Licurgo Joseph Mourão de Oliveira

Hamilton Antônio Coelho

Adonias Fernandes Monteiro

Telmo de Moura Passareli

## Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

### Procuradora-Geral

Elke Andrade Soares de Moura

### Subprocurador-Geral

Cristina Andrade Melo

### Procuradores

Maria Cecília Mendes Borges

Glaydson Santo Soprani Massaria

Sara Meinberg Schmidt de Andrade Duarte

Marcílio Barenco Corrêa de Mello

Daniel de Carvalho Guimarães

## Expediente

### Diretor Geral

Marconi Augusto F. de Castro Braga | Diretor

## ELABORAÇÃO

### Superintendência de Controle Externo

Simone Reis de Oliveira | Superintendente

### Diretoria de Controle Externo dos Municípios

Heliane da Costa Ravaiane Brum | Diretora

### Coordenadoria de Auditoria dos Municípios

Thiago Henrique da Silva | Coordenador

### Equipe de Auditoria

Paulo Roberto Machado Botelho - TC 1054-2

Márcio Luiz Viana Sant'Anna - TC 1777-6

Soraia Achilles Pimentel - TC 1736-9

Felipe Souza Nascimento - TC 3281-3

Jefferson Mendes Ramos - TC 1658-3

### Colaborador

Davson Machado Godinho – Analista

Administrativo Pleno

## REALIZAÇÃO

### Diretoria de Comunicação

Luiz Cláudio Diniz Mendes | Diretor

### Coordenadoria de Publicidade e Marketing

André Augusto Costa Zocrato | Coordenador

Bruna Gontijo Pellegrino

Lívia Maria Barbosa Salgado

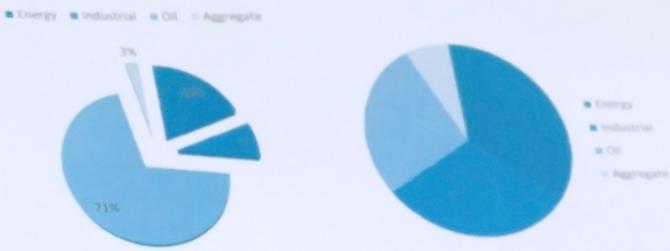
Thaís Godinho Prado

Vivian de Paula

### Diagramação e Projeto Gráfico

André Luiz de Oliveira Junior

Giovana Fernandes Almeida





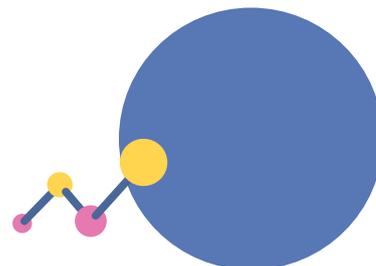
## **RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO**

**Ato originário:** Plano Anual de Fiscalização/DCEM.

**Objeto da Fiscalização:** Programas, Ações e Metas do PPA dos Municípios.

**Atos de designação:** Portaria DCEM n. 002, de 19/04/2021.

**Período abrangido pela fiscalização:** Exercício de 2020.





## RESUMO

A presente fiscalização, do tipo Levantamento, teve como objetivo apresentar uma visão sistêmica dos programas, ações e metas dos Planos Plurianuais dos Municípios, verificar sua aderência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis - ODS e avaliar as áreas priorizadas, conforme execução orçamentária e financeira, com o objetivo de subsidiar o planejamento das ações de fiscalização e implantação do Observatório do Orçamento e do Financiamento dos Direitos Fundamentais.

Para a realização deste trabalho foram observados, no que coube, os procedimentos, métodos e técnicas previstos no Manual de Auditoria deste Tribunal, aprovado pela Resolução n. 02/2013, tendo sido utilizados o Memorando e a Matriz de Planejamento.

A partir do objetivo do trabalho foram formuladas as seguintes questões, que compuseram a Matriz de Planejamento:

- **Q1. A visão sistêmica dos programas, ações e metas dos Planos Plurianuais dos Municípios fiscalizados evidenciou fatos relevantes?**
- **Q2. As leis que dispuseram sobre os Planos Plurianuais dos municípios fiscalizados, bem como as diretrizes, objetivos e metas das administrações, nelas presentes, fazem referência expressa ao cumprimento dos ODS?**
- **Q3. De acordo com as execuções orçamentárias e financeiras, os programas, ações e metas dos municípios fiscalizados priorizaram quais áreas, em relação aos ODS?**

No processo de escolha dos municípios a serem fiscalizados foram considerados indicadores econômicos e sociais, com a utilização, como critérios de seleção, o baixo desempenho, o alto desempenho, assim como o quantitativo populacional e a mesorregião onde os entes se encontram localizados em 213 municípios.

A análise abrangeu o PPA e a execução orçamentária do exercício de 2020, último com execução orçamentária concluída.

O volume de recursos fiscalizados, correspondente aos valores financeiros realizados das Ações analisadas, correspondeu ao valor de R\$12.190.098.376,78 (doze bilhões, cento e noventa milhões, noventa e oito mil, trezentos e setenta e seis reais e setenta e oito centavos).

A proposta de benefício, decorrente da fiscalização, tem a natureza qualitativa, com o tipo incremento da economia, eficiência, eficácia ou efetividade de órgão ou entidade da administração pública e de política ou programa de governo, haja vista que foram observadas boas práticas e falhas nos planejamentos e nas execuções orçamentárias e financeiras de programas, ações e metas descritas nos PPAs analisados.

Diante do quantitativo de atividades previstas no Plano Anual de Fiscalização – PAF/2021, sob a responsabilidade desta Unidade Técnica, aliado ao número insuficiente de analistas para atender à toda demanda durante todo o período, a presente ação fiscalizatória foi restringida ao primeiro semestre do exercício de 2021.



# SUMÁRIO



1	INTRODUÇÃO .....	12
1.1	Deliberação que originou a fiscalização .....	12
1.2	Visão geral do objeto .....	12
1.3	Objetivo da fiscalização .....	14
1.4	Metodologia utilizada .....	14
1.5	Volume de recursos fiscalizados .....	19
1.6	Benefícios estimados da fiscalização .....	19
2	DO LEVANTAMENTO REALIZADO .....	19
2.1	Visão sistêmica dos Programas, Ações e Metas dos Planos Plurianuais .....	19
2.1.1	Planos Plurianuais contendo Programas que não informam seu Objetivo ...	20
2.1.2	Planos Plurianuais contendo Ações que não informam sua Finalidade e/ou Produto e/ou Unidade de Medida .....	21
2.1.3	Planos Plurianuais contendo Metas Financeiras Previstas e Realizadas das Ações com valor zero ou menor ou igual a R\$1.000,00 .....	25
2.1.4	Planos Plurianuais contendo Metas Físicas Previstas e Realizadas das Ações com valor zero .....	30
2.1.5	Planos Plurianuais apresentando divergência entre as Metas Financeiras Previstas e Realizadas .....	31
2.1.6	Planos Plurianuais apresentando divergência entre as Metas Físicas Previstas e Realizadas .....	33
2.1.7	Planos Plurianuais com valores Previstos das Metas Físicas e Financeiras iguais aos valores Realizados .....	34
2.2	Aderência das leis que dispuseram sobre os Planos Plurianuais dos municípios aos ODS .....	36
2.3	Aderência das execuções orçamentárias e financeiras dos Programas, Ações e Metas dos Planos Plurianuais aos ODS .....	36
2.3.1	ODS contemplados pelos Programas .....	36
2.3.2	ODS contemplados pelas Ações .....	38
2.3.3	Metas nacionais contempladas pelas Ações .....	42
2.3.4	ODS priorizados na execução orçamentária e financeira .....	44
2.3.5	Metas nacionais priorizadas na execução orçamentária e financeira .....	45
3	CONCLUSÃO .....	46

# 1 - INTRODUÇÃO

## 1.1 - Deliberação que originou a fiscalização

Em cumprimento às disposições estabelecidas na Portaria DCEM n. 002, de 19/04/2021, foi determinada a realização, de forma remota, de fiscalização do tipo “Levantamento”, em cumprimento ao Plano Anual de Fiscalização – PAF, aprovado pela Presidência desta Corte de Contas para o exercício de 2021 por meio da Portaria n. 090, de 18/12/2020.

## 1.2 - Visão geral do objeto

O objeto da presente fiscalização foram os Programas, Ações e Metas dos PPAs dos municípios selecionados.

Cabe contextualizar que, durante a Conferência da Organização das Nações Unidas - ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada no Brasil em 2012 e conhecida como Rio+20, acordou-se que um conjunto de metas universais seria desenvolvido com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável, as quais teriam como base os avanços dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), cujo prazo foi o final do ano de 2015.

Posteriormente, os 193 (cento e noventa e três) países-membros da ONU adotaram oficialmente nova agenda de desenvolvimento sustentável, intitulada “*Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*”, na Cúpula de Desenvolvimento Sustentável realizada na sede daquela Entidade, em Nova York, em setembro de 2015.

A Agenda 2030 contém um conjunto de 17 (dezesete) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS e 169 (cento e sessenta e nove) metas para colocar o mundo em um caminho mais sustentável em um prazo de 15 (quinze) anos.

Os ODS trazem visões de um futuro melhor, mais justo e inclusivo para todos. Promover a Agenda 2030 e os ODS implica alcançar o desenvolvimento sustentável por meio de ações relevantes para a população local, de acordo com as suas necessidades e aspirações.



Por sua vez, uma das macrotendências de Controle Externo identificadas na III Pesquisa de Macrotendências de Controle Externo 2020, realizada por este Tribunal, é “*atuar com foco na promoção do desenvolvimento inclusivo e sustentável*”.

Segundo a pesquisa, “*o Tribunal de Contas deve atuar para promover o desenvolvimento inclusivo e sustentável, contribuindo para a eficiência, eficácia e efetividade das políticas, programas, projetos e ações públicos (...)*”.

Assinala que para o controle externo poder contribuir para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável deve, dentre outras ações, “*avaliar e fomentar o alinhamento dos instrumentos de planejamento e das políticas públicas*”.

estaduais e municipais aos ODS” e “acompanhar o cumprimento das metas e dos indicadores”.

Com base na citada pesquisa, no PAF deste Tribunal aprovado para o exercício de 2021 foi prevista a realização da presente fiscalização (Levantamento), a qual tem como eixo de atuação os ODS 1 a 17, quais sejam:

Nº	ODS	Descrição
	1 Eradicação da Pobreza	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
	2 Fome Zero e Agricultura Sustentável	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover agricultura sustentável.
	3 Saúde e Bem Estar	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
	4 Educação de Qualidade	Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
	5 Igualdade de Gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
	6 Água Potável e Saneamento	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos.
	7 Energia Limpa e Acessível	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.
	8 Trabalho Decente e Crescimento Econômico	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos e todas.
	9 Indústria, Inovação e Infraestrutura	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
	10 Redução das Desigualdades	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
	11 Cidades e Comunidades Sustentáveis	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
	12 Consumo e Produção Responsáveis	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
	13 Ação Contra a Mudança Global do Clima	Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.
	14 Vida na Água	Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
	15 Vida Terrestre	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
	16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
	17 Parcerias e Meios de Implementação	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

### 1.3 - Objetivo da fiscalização



O objetivo dos trabalhos consistiu em apresentar uma visão sistêmica dos programas, ações e metas dos Planos Plurianuais dos municípios fiscalizados, verificar sua aderência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e avaliar as áreas prioritizadas em relação aos ODS, conforme execução orçamentária e financeira, com o objetivo de subsidiar o planejamento das ações de fiscalização e implantação do Observatório do Orçamento e do Financiamento dos Direitos Fundamentais.

A partir do objetivo do trabalho foram formuladas as seguintes questões, que compuseram a Matriz de Planejamento:

- **Q1. A visão sistêmica dos programas, ações e metas dos Planos Plurianuais dos municípios fiscalizados evidenciou fatos relevantes?**
- **Q2. As leis que dispuseram sobre os Planos Plurianuais dos municípios fiscalizados, bem como as diretrizes, objetivos e metas das administrações, nelas presentes, fazem referência expressa ao cumprimento dos ODS?**
- **Q3. De acordo com as execuções orçamentárias e financeiras, os programas, ações e metas dos municípios fiscalizados priorizaram quais áreas, em relação aos ODS?**

### 1.4 - Metodologia utilizada

No desenvolvimento dos trabalhos, realizados a distância, foram observados, no que foi aplicável, os procedimentos, métodos e técnicas previstas no Manual de Auditoria deste Tribunal, aprovado pela Resolução n. 02/2013, tendo sido utilizados o Memorando e a Matriz de Planejamento, com o fim de nortear a obtenção das informações necessárias para atendimento ao objetivo da fiscalização.



No processo de escolha dos 213 municípios a serem fiscalizados, cuja análise abrangeu o exercício de 2020, último com execução orçamentária concluída, foram considerados indicadores econômicos e sociais municipais relacionados ao ODS 1 (Erradicação da Pobreza), ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) ODS 4 (Educação de Qualidade); ODS 6 (Água Potável e Saneamento) ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), quais sejam: Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, percentual de pessoas em extrema pobreza, índice de mortalidade infantil, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB (anos iniciais do ensino fundamental), taxa de analfabetismo, percentual de pessoas com acesso ao saneamento básico, índice de desemprego e a classificação no I-Planejamento do Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEGM.

A seleção dos PPAs a serem examinados foi fundamentada na seleção de parcela de municípios de baixo desempenho relacionados aos referidos indicadores e

de outra parcela com alto desempenho, conforme Tabela 1 abaixo, assim como o quantitativo populacional e a mesorregião do Estado onde os entes se encontram localizados.

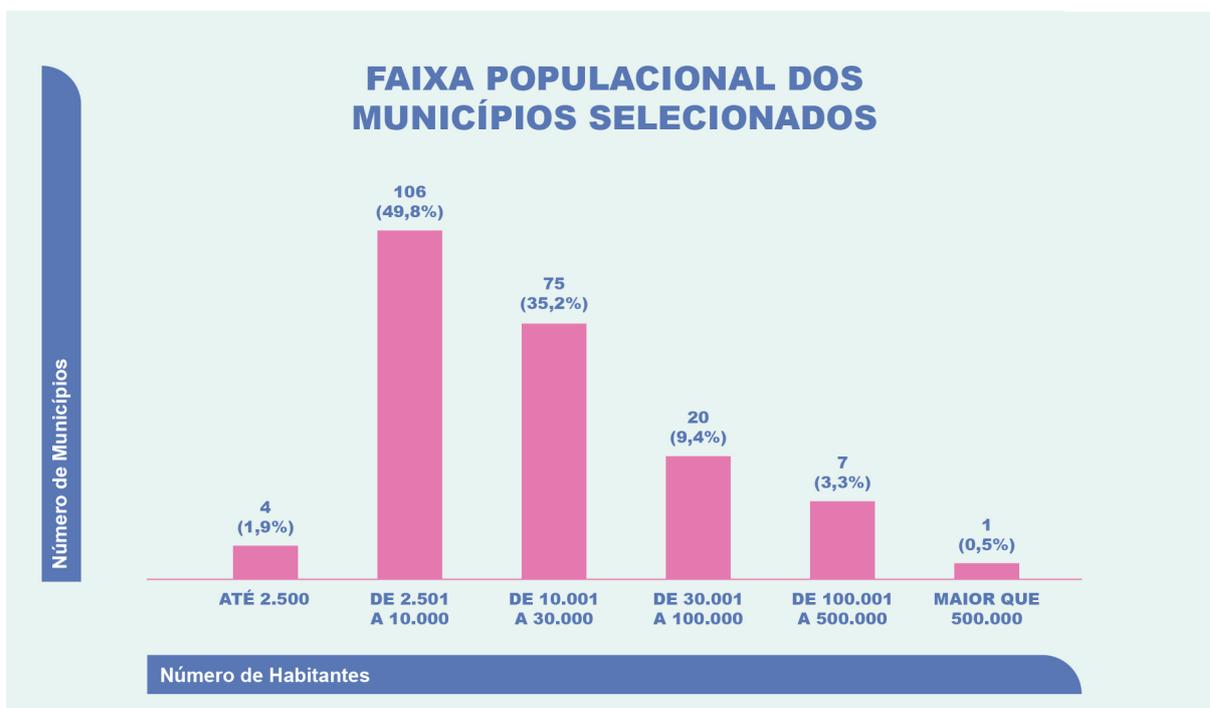
**Tabela 1 - Motivo da inclusão dos municípios na amostra**

Motivo	Número de municípios	%
Apresentou resultados acima da mediana em 7 (sete) indicadores.	41	19,2%
Apresentou resultados acima da mediana em 8 (oito) indicadores.	58	27,2%
Apresentou resultados acima da mediana em 9 (nove) indicadores.	11	5,2%
Apresentou resultados abaixo da mediana em 7 (sete) indicadores.	32	15,0%
Apresentou resultados abaixo da mediana em 8 (oito) indicadores.	48	22,5%
Apresentou resultados abaixo da mediana em 9 (nove) indicadores.	23	10,8%
<b>Total</b>	<b>213</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: TCEMG

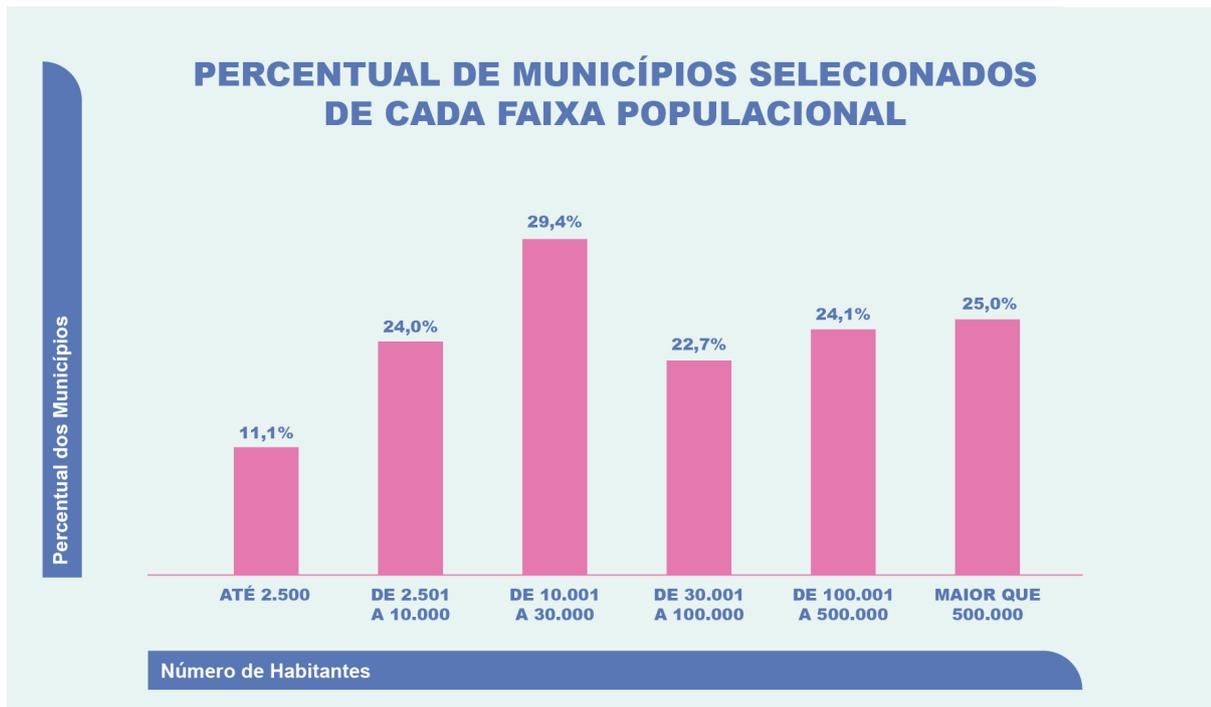
Os Gráficos 1 a 4, detalham a Faixa Populacional dos municípios que compõem a amostra e a Mesorregião do Estado a que pertencem.

**Gráfico 1 - Faixa populacional dos municípios selecionados**



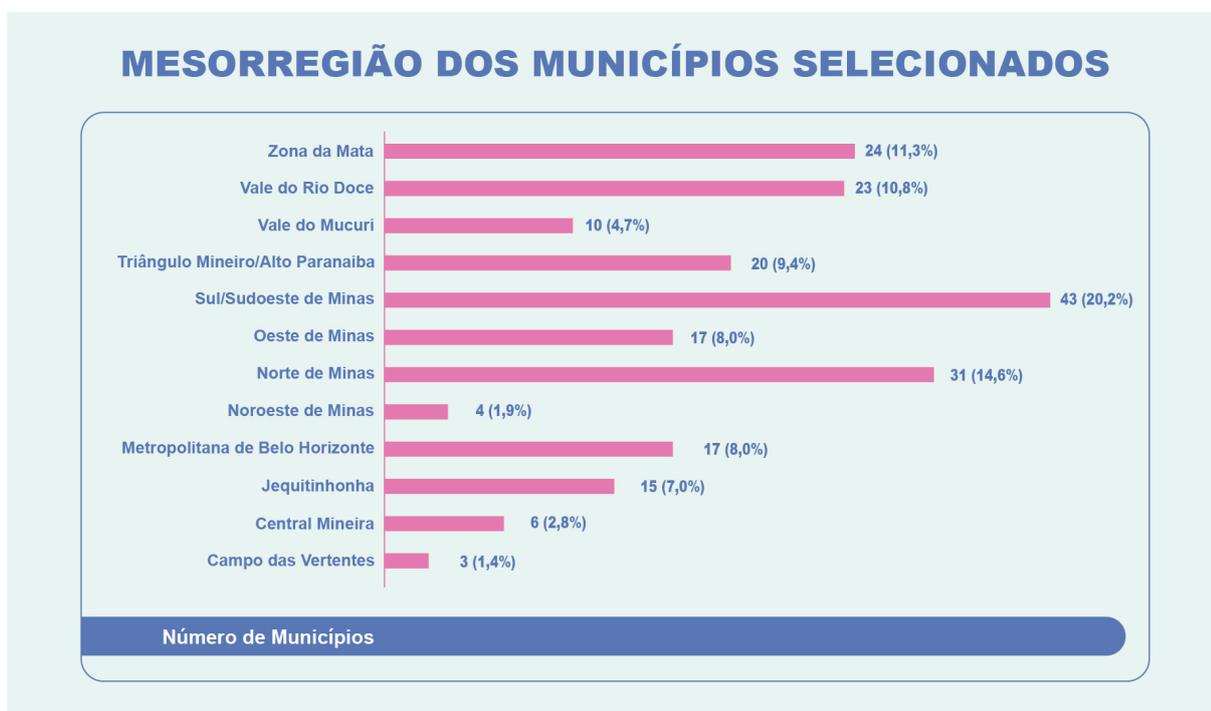
Fonte: TCEMG, com base nos dados do IBGE (2020)

**Gráfico 2 - Percentual de municípios selecionados de cada faixa populacional**



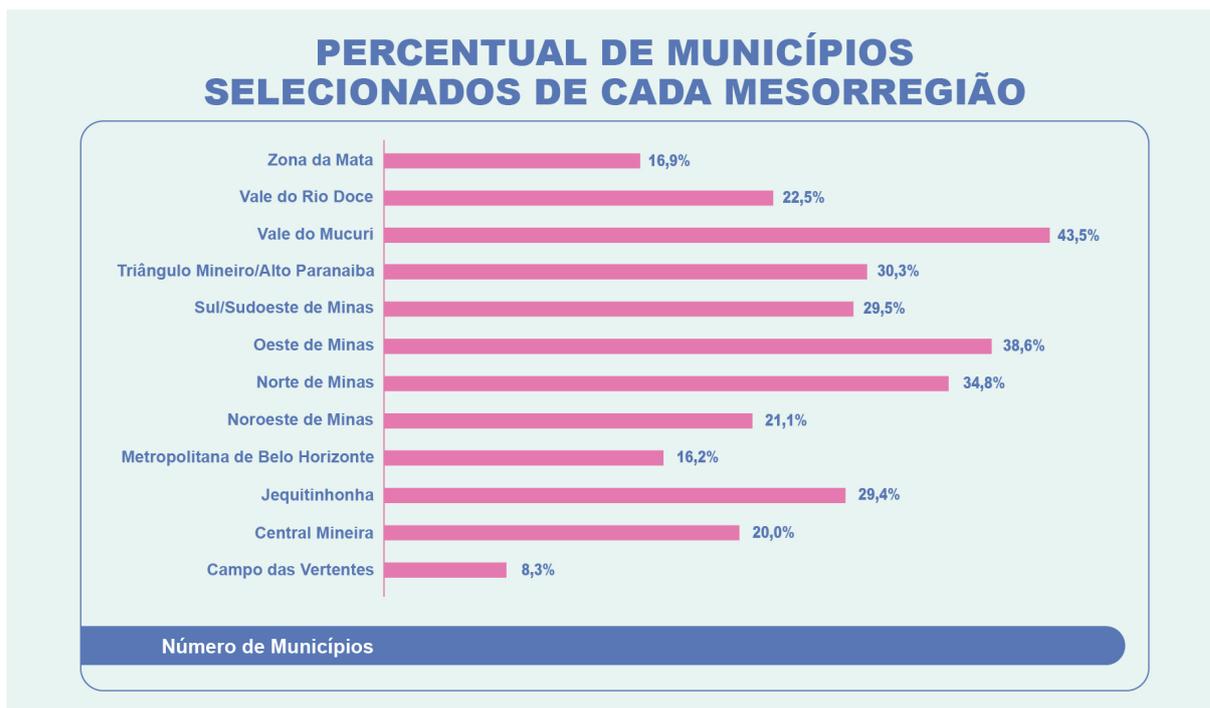
Fonte: TCEMG, com base nos dados do IBGE (2020)

**Gráfico 3 - Mesorregião dos municípios selecionados**



Fonte: TCEMG, com base nos dados do IBGE (2020)

**Gráfico 4 - Percentual de municípios selecionados de cada mesorregião**



Fonte: TCEMG, com base nos dados do IBGE (2020)

O exame dos PPAs, em contraponto às Questões propostas na Matriz de Planejamento, foi registrado em Fichas de Análise específicas por município, cujas conclusões foram sintetizadas considerando os dados levantados.

A análise procurou identificar e totalizar os **Programas** cujos **Objetivos** se enquadram em algum ODS, bem como identificar e verificar a previsão e execução orçamentária das **Ações** cujas **Finalidades** e **Produtos** correspondem a algum ODS. A identificação da correspondência dos Programas e Ações aos ODS se deu com base na descrição (texto descritivo) dos Programas e seus Objetivos, e das Ações e suas Finalidades e Produtos, conforme informado pelos municípios nos relatórios “UC04-Programas-RL” e “UC04-AcoesMetas-RL”, constantes da aba “PPA” do módulo “Instrumento de Planejamento” do SICOM, sem considerar a execução das despesas, ou seja, sem verificar o empenhamento das várias naturezas de despesas das ações, tarefa que extrapola o objetivo do presente Levantamento.

No caso das Ações, foi realizado ainda o mapeamento da correspondência entre estas e as metas nacionais dos ODS.

As Metas Nacionais dos ODS são o resultado de um processo de adequação à realidade brasileira das metas globais da Agenda 2030. De um total de 169 metas globais, 167 foram consideradas pertinentes ao país, muitas delas com alterações em seu texto. Foram criadas novas metas, totalizando 176 metas nacionais. Importante observar que várias metas nacionais dos ODS ou não se referem aos municípios mineiros, ou não são de competência municipal, incluindo a totalidade das metas referentes ao ODS 7 e ao ODS 14.

Quanto à execução do mapeamento da correspondência entre os Programas e os ODS e entre as Ações do PPA e as metas nacionais dos ODS, é importante observar que, como se verá mais à frente, os municípios analisados, com uma única exceção, ao estabelecer no Plano Plurianual as prioridades e metas da atuação governamental para os exercícios de 2018-2021, materializadas nos Programas e seus objetivos, bem como nas Ações e suas finalidades e produtos, não fazem nenhuma menção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ou seja, não há nenhuma indicação quanto aos ODS nos Programas e nas Ações que os municípios pretendem desenvolver e, conseqüentemente, nas metas relacionadas aos ODS que pretendem atuar e nos indicadores que pretendem melhorar.



Apesar disso, considerando o benefício adicional de estimular a discussão sobre a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e contribuir para que o tema possa prevalecer nos próximos PPAs municipais, nesse primeiro levantamento realizado sobre o assunto buscou-se identificar e indicar nos Programas e nas Ações dos municípios aqueles que, segundo a percepção de controle e o julgamento individual do auditor, de alguma forma correspondem a determinado ODS e/ou impactam as metas nacionais.

Esta não é tarefa óbvia, particularmente no caso do mapeamento da correspondência entre as Ações do PPA e as metas nacionais dos ODS. Considerando que citadas metas são extensas, muitas vezes abrigam mais de um objetivo a ser alcançado e abordam em seu texto variados conceitos, e que, como já citado, os PPAs não fazem referência aos ODS, podem acontecer divergências na interpretação do enquadramento de determinada Ação às metas nacionais.

Foram consideradas como atuação nas metas nacionais as ações que em sua descrição, finalidade e produto permitiram inferir um mínimo de atuação na meta ou em parte dela, visto sua extensão, com foco na possibilidade de gerar alguma melhoria em seus indicadores. Assim sendo, não foram consideradas ações de gestão ou manutenção de serviços, destinadas fundamentalmente ao apoio à gestão e à manutenção da atuação governamental, que não impactam diretamente o estado atual dos indicadores, como exemplificado abaixo:

Ação	Finalidade	Produto	Unid. de medida	Considerado
1042 - Construção de rede de esgoto	Construção de rede de esgoto	Serviços/ Bens	UN	<b>Sim</b>
2053 - Manutenção do sistema de esgotos	Manutenção do sistema de esgotos	Serviços/ Bens	UN	<b>Não</b>
1544 - Abertura e Pavimentação de Estradas Vicinais	Abertura e pavimentação de estradas vicinais	Produto	%	<b>Sim</b>
2075 - Manutenção de Estradas Vicinais	Manutenção de estradas vicinais	Produto	%	<b>Não</b>

Note-se que a análise ficou restrita aos temas explicitados nas metas, não sendo consideradas aqueles não citados no seu texto que indiretamente poderiam influenciar outras metas e indicadores. Exemplificando, Iluminação Pública, não citada nas metas nacionais, não foi considerada, apesar da possibilidade de gerar reflexos positivos na segurança pública, assim como Esportes, que pode refletir positivamente na saúde e na educação.

Em decorrência do quantitativo de atividades previstas no PAF/2021, sob a responsabilidade desta Coordenadoria, aliado ao número insuficiente de analistas para atender à toda demanda durante todo o período, a presente ação fiscalizatória foi restringida ao primeiro semestre do exercício de 2021.

### **1.5 - Volume de recursos fiscalizados**

O volume de recursos fiscalizados, correspondente à análise da execução orçamentária e financeira das áreas priorizadas nos PPAs examinados, correspondeu ao valor de R\$12.190.098.376,78 (doze bilhões, cento e noventa milhões, noventa e oito mil, trezentos e setenta e seis reais e setenta e oito centavos).

### **1.6 - Benefícios estimados da fiscalização**

A proposta de benefício, decorrente da fiscalização, tem a natureza qualitativa, com o tipo incremento da economia, eficiência, eficácia ou efetividade de órgão ou entidade da administração pública e de política ou programa de governo, haja vista que foram observadas boas práticas e falhas nos planejamentos e nas execuções orçamentárias e financeiras de programas, ações e metas descritas nos PPAs analisados.

## **2 – DO LEVANTAMENTO REALIZADO**

Tendo como referência o conjunto de informações obtidas no processo de fiscalização dos PPAs de 213 municípios, correspondente a 25% do total de entes desta natureza de competência da Coordenadoria de Auditoria dos Municípios, sob a jurisdição deste Tribunal, foi possível constatar o seguinte:

### **2.1 - Visão sistêmica dos Programas, Ações e Metas dos Planos Plurianuais**

Foram avaliadas **39.709** Metas Físicas e Financeiras, as quais estavam associadas a **39.002** Ações e a **7.733** Programas, referentes ao exercício de 2020.

Cumprido esclarecer que a divergência entre o número de Ações e de Metas ocorre porque **707** Ações foram contempladas em mais de um Programa e, conseqüentemente, estavam relacionadas a mais de uma Meta Física e Financeira.

## 2.1.1 - Planos Plurianuais contendo Programas que não informam seu Objetivo



**Tabela 2 - Análise da descrição dos Objetivos dos Programas**

Situação verificada	Quantidade	%
Sem especificação do Objetivo	148	1,9%
Com especificação do Objetivo	7.585	98,1%
<b>Total</b>	<b>7.733</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: TCEMG

**Tabela 3 - Objetivos sem especificação**

Informações verificadas	Quantidade	%
.	125	84,5%
A DEFINIR	8	5,4%
-	4	2,7%
#NOME?	3	2,0%
TESTE	2	1,4%
“ “	1	0,7%
...	1	0,7%
mmmmm	1	0,7%
não se aplica	1	0,7%
OBJETIVO	1	0,7%
xxx	1	0,7%
<b>Total</b>	<b>148</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: TCEMG

De acordo com as Tabelas 2 e 3, dos 7.733 Programas analisados, foram identificados 148 (1,9%) que não apresentaram detalhamento de seus Objetivos. Tais Programas apresentaram as informações constantes da Tabela 3, claramente impróprias para determinar as áreas que a administração pretende atuar e as demandas e necessidades da comunidade que pretende atender. Desse total, a maior parte, 122 (82,4%) foram identificados nos Planos Plurianuais dos municípios de A, B, C e D, conforme Tabela 4:

**Tabela 4 - Análise dos municípios de A, B, C e D**

Município	Total de Programas previstos no PPA	Programas sem detalhamento do Objetivo	%
B	54	54	100%
D	9	8	89%
A	42	36	86%
C	35	24	69%
<b>Total</b>	<b>140</b>	<b>122</b>	<b>87%</b>

Fonte: TCEMG

Considerando o universo de 213 municípios analisados, 22 apresentaram em seus Planos Plurianuais pelo menos um Programa cujo Objetivo não estava especificado, como mostrado na Tabela 3, o que representa 10,3% dos municípios da amostra.

Por outro lado, 191 municípios detalharam todos os Objetivos dos Programas constantes de seus Planos Plurianuais, ou seja, 89,7% dos municípios avaliados.

**Gráfico 5 - Situação dos PPAs dos municípios quanto aos Objetivos dos Programas**



Fonte: TCEMG

### 2.1.2 – Planos Plurianuais contendo Ações que não informam sua Finalidade e/ou Produto e/ou Unidade de Medida



**Tabela 5 - Análise da Finalidade, Produto e Unidade de Medida das Ações**

Situação verificada	Quantidade	%
Sem especificação da Finalidade	848	2,2%
Sem especificação do Produto	388	1,0%
Sem especificação da Unidade de Medida	2.089	5,4%

Fonte: TCEMG

Das **39.002** Ações, Finalidades, Produtos e Unidades de Medida analisadas, em 2.796 ocorre pelo menos uma das situações mencionadas na Tabela 5, o que representa 7,2%.

As informações apresentadas relativas às Finalidades, Produtos e Unidades de Medida da Ações foram as constantes das Tabelas 6, 7 e 8 abaixo, igualmente impróprias para determinar precisamente como e quais as demandas e as necessidades da comunidade que a administração pretende atender.

**Tabela 6 - Finalidades das Ações sem especificação**

<b>Informações verificadas</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
.	679	80,07%
x.	72	8,49%
#NOME?	28	3,30%
x	19	2,24%
DGDFHGFHFG	17	2,00%
DSAFDSFDGFDGF	7	0,83%
.X	5	0,59%
+	4	0,47%
-	4	0,47%
FDGFDGFD	3	0,35%
dfcdsfdsvfd	3	0,35%
A	1	0,12%
r\$	1	0,12%
RH	1	0,12%
....	1	0,12%
CMDCA	1	0,12%
gdfgfhf	1	0,12%
CVCBVCBV	1	0,12%
<b>Total</b>	<b>848</b>	<b>100%</b>

Fonte: TCEMG

**Tabela 7 - Produtos das Ações não especificados**

<b>Informações verificadas</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
.	275	70,88%
Informar	56	14,43%
UN	22	5,67%
1	11	2,84%
,	4	1,03%
M2	3	0,77%
..	3	0,77%
4	1	0,26%

2	1	0,26%
5	1	0,26%
A	1	0,26%
ME	1	0,26%
r\$	1	0,26%
61	1	0,26%
SV	1	0,26%
OK	1	0,26%
...	1	0,26%
980	1	0,26%
205,4	1	0,26%
261,76	1	0,26%
1681,56	1	0,26%
<b>Total</b>	<b>388</b>	<b>100%</b>

Fonte: TCEMG

**Tabela 8 - Unidades de Medida dos Produtos das Ações não especificadas**

<b>Informações verificadas</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
1	1.841	88,13%
.	114	5,46%
2	58	2,78%
-	17	0,81%
11	15	0,72%
100	11	0,53%
10	7	0,34%
12	5	0,24%
41	3	0,14%
,	2	0,10%
52	2	0,10%
1038	2	0,10%
0	1	0,05%
&	1	0,05%
4	1	0,05%
70	1	0,05%
30	1	0,05%
2.	1	0,05%
42	1	0,05%

54	1	0,05%
50	1	0,05%
200	1	0,05%
250	1	0,05%
305,3	1	0,05%
<b>Total</b>	<b>2.089</b>	<b>100%</b>

Fonte: TCEMG

Do total de 848 Ações que não apresentaram detalhamento de sua Finalidade, 528 (62,3%) foram identificadas nos Planos Plurianuais dos municípios de A, E e F, conforme Tabela 9:

**Tabela 9 - Análise dos municípios de A, E e F**

<b>Município</b>	<b>Total de Ações previstas no PPA</b>	<b>Ações sem detalhamento da Finalidade</b>	<b>%</b>
E	211	209	99,1%
A	200	195	97,5%
F	139	124	89,2%
<b>Total</b>	<b>550</b>	<b>528</b>	<b>96,0%</b>

Fonte: TCEMG

Com relação às Ações sem informação do Produto, 253 (65%) foram identificadas nos Planos Plurianuais dos municípios de G, F e H, conforme Tabela 10:

**Tabela 10 - Análise dos municípios de G, F e H**

<b>Município</b>	<b>Total de Ações previstas no PPA</b>	<b>Ações sem detalhamento do Produto</b>	<b>%</b>
F	139	133	95,7%
H	168	87	51,8%
G	159	33	20,8%
<b>Total</b>	<b>466</b>	<b>253</b>	<b>54,3%</b>

Fonte: TCEMG

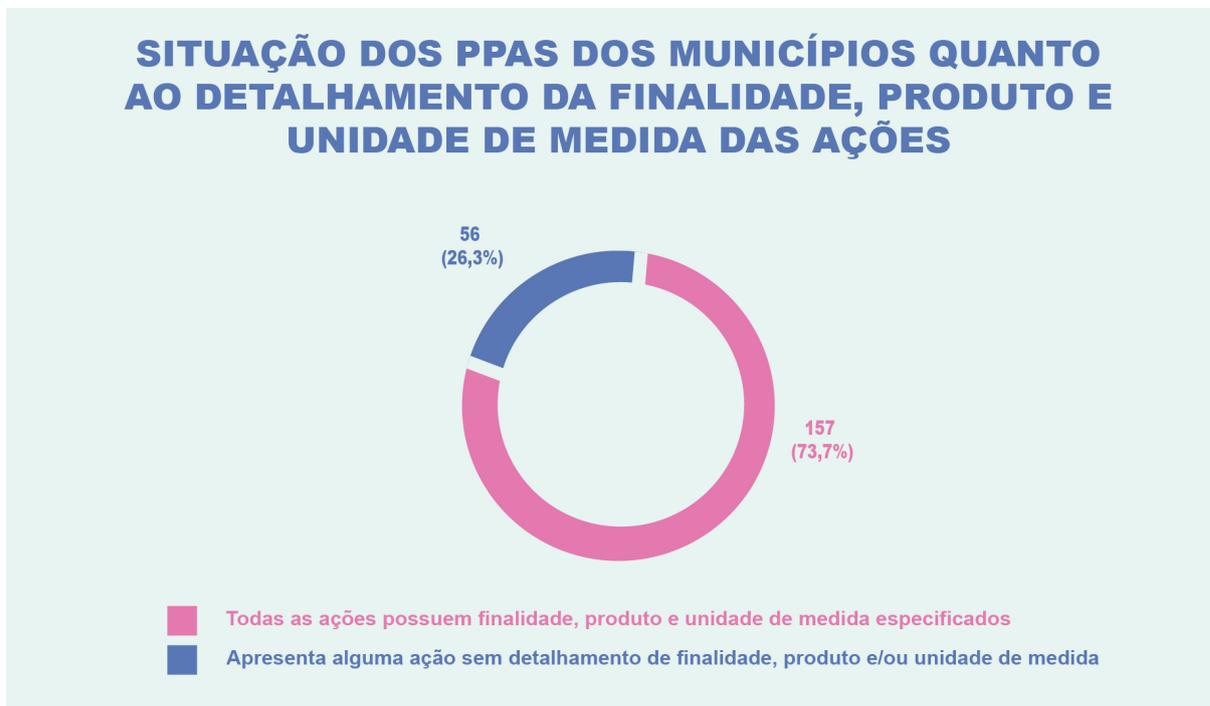
Quanto às Ações sem informação da Unidade de Medida, cumpre destacar que 11 municípios (5,2%) não indicaram em nenhuma de suas Ações as Unidades de Medida dos Produtos das Ações: I, A, J, L, M, N, O, P, Q, R.



Considerando o universo de 213 municípios analisados, 56 apresentaram em seus Planos Plurianuais pelo menos uma Ação sem especificação da Finalidade e/ou Produto e/ou Unidade de Medida, como mostrado nas Tabelas 6, 7 e 8, o que representa 26,3% dos municípios da amostra.

Por outro lado, 157 municípios detalharam a Finalidade e/ou Produto e/ou Unidade de Medida das Ações constantes de seus Planos Plurianuais, o correspondente a 73,7% dos municípios avaliados.

**Gráfico 6 - Situação dos PPAs dos municípios quanto ao detalhamento da Finalidade, Produto e Unidade de Medida das Ações**



Fonte: TCEMG

### 2.1.3 - Planos Plurianuais contendo Metas Financeiras Previstas e Realizadas das Ações com valor zero ou menor ou igual a R\$1.000,00



**Tabela 11 - Metas Financeiras Previstas e Realizadas**

Meta Financeira	Previsão igual a R\$ 0,00	Previsão maior que R\$ 0,00 e menor que R\$ 1.000,00	Previsão maior ou igual a R\$ 1.000,00	Total
Valor realizado igual a R\$ 0,00	2.767	678	16.205	<b>19.650</b>
Valor realizado maior que R\$ 0,00, menor que R\$ 1.000,00 e menor que o valor previsto	Não se aplica	8	916	<b>924</b>
Valor realizado maior ou igual a R\$1.000,00 e menor que o previsto	Não se aplica	Não se aplica	14.196	<b>14.196</b>
Valor realizado igual ao previsto	Não se aplica	0	114	<b>114</b>
Valor realizado maior que o previsto	862	113	3.850	<b>4.825</b>
<b>Total</b>	<b>3.629</b>	<b>799</b>	<b>35.281</b>	<b>39.709</b>

Fonte: TCEMG

Da análise da Tabela 11, considerando o total de 39.709 Ações e Metas analisadas, destaca-se que 19.650 (49,5%) apresentavam valor **Realizado** da Meta Financeira da Ação igual a R\$ 0,00. Tal fato sugere a disposição dos municípios em realizar alterações significativas no planejamento inicial realizado, ao deixar de executar grande parte das Ações originalmente previstas, bem como a ocorrência de falhas na elaboração do planejamento da atuação governamental.

Também sugerindo a ocorrência de falhas na elaboração do planejamento, verificou-se que 3.629 (9,1%) das Ações apresentaram valor Previsto da Meta Financeira das Ações igual a R\$ 0,00.

O valor Previsto menor que R\$ 1.000,00 foi encontrado em apenas 799 (2%) das Ações. Esses dois últimos dados em conjunto, ou seja, valor Previsto zero ou muito baixo, foi verificado em 4.428 das Ações (11,2%).

As Tabelas 12 a 15 e os Gráficos 7 a 9 a seguir dão mais detalhes sobre as Metas Financeiras das Ações.

**Tabela 12 - Proporção de Metas Financeiras com valores Previstos iguais a zero**

<b>Faixa percentual em relação ao total de metas do PPA</b>	<b>Número de municípios</b>	<b>%</b>
0%	36	16,9%
Maior que 0% até 10%	127	59,6%
Maior que 10% até 25%	30	14,1%
Maior que 25% até 50%	17	8,0%
Maior que 50% até 75%	2	0,9%
Maior que 75% e menor que 100%	1	0,5%
100%	0	0,0%
<b>Total</b>	<b>213</b>	<b>100%</b>

Fonte: TCEMG

Da análise da Tabela 12, verifica-se que apenas 36 (16,9%) municípios apresentaram todos os valores previstos das Metas Financeiras maiores do que zero.

**Gráfico 7 – Situação dos Municípios quanto às Metas Financeiras Previstas em valores maiores que zero**



Fonte: TCEMG

A maior parte dos municípios, 127 (59,6%), apresentou até 10% dos valores Previstos das metas financeiras de suas Ações iguais a zero.

A média de metas financeiras com valores Previstos iguais a zero nos municípios analisados é de 7,65% do total de metas do PPA.

**Tabela 13 - Proporção de Metas Financeiras com valores Previstos menor ou igual a R\$1.000,00**

Faixa percentual em relação ao total de metas do PPA	Número de municípios	%
0%	116	54,5%
Maior que 0% até 10%	89	41,8%
Maior que 10% até 25%	7	3,3%
Maior que 25% até 50%	1	0,5%
Maior que 50% até 75%	0	0,0%
Maior que 75% e menor que 100%	0	0,0%
100%	0	0,0%
<b>Total</b>	<b>213</b>	<b>100%</b>

Fonte: TCEMG

Da análise da Tabela 13, verifica-se que o total de 116 municípios (54,5%) não apresentaram valores Previstos menores ou iguais a R\$1.000,00 nas suas metas financeiras. Isso significa que expressivos 97 (45,5%) municípios destinaram valores anuais muito pequenos para alguma meta financeira de suas Ações.

**Gráfico 8 - Situação dos Municípios quanto às Metas Financeiras Previstas em valores menores ou iguais a R\$1.000,00**



Fonte: TCEMG

A média de metas financeiras com valores Previstos menores ou iguais a R\$1.000,00 nos municípios analisados é de 1,82% do total de metas do PPA.

**Tabela 14 - Proporção de Metas Financeiras com valores Realizados iguais a zero**

Faixa percentual em relação ao total de metas do PPA	Número de municípios	%
0%	0	0,0%
Maior que 0% até 10%	0	0,0%
Maior que 10% até 25%	11	5,2%
Maior que 25% até 50%	113	53,1%
Maior que 50% até 75%	87	40,8%
Maior que 75% e menor que 100%	2	0,9%
100%	0	0,0%
<b>Total</b>	<b>213</b>	<b>100%</b>

Fonte: TCEMG



Da análise da Tabela 14, verifica-se que todos os 213 municípios apresentaram em seus Planos Plurianuais alguma meta financeira com valor Realizado igual a zero.

Nos municípios analisados, a média de metas financeiras com valores Realizados iguais a zero é de 47,14% do total de metas do PPA, o que vem confirmar a percepção de que os municípios tendem a realizar alterações significativas no planejamento inicial realizado, sugerindo a ocorrência de falhas na elaboração do planejamento municipal.

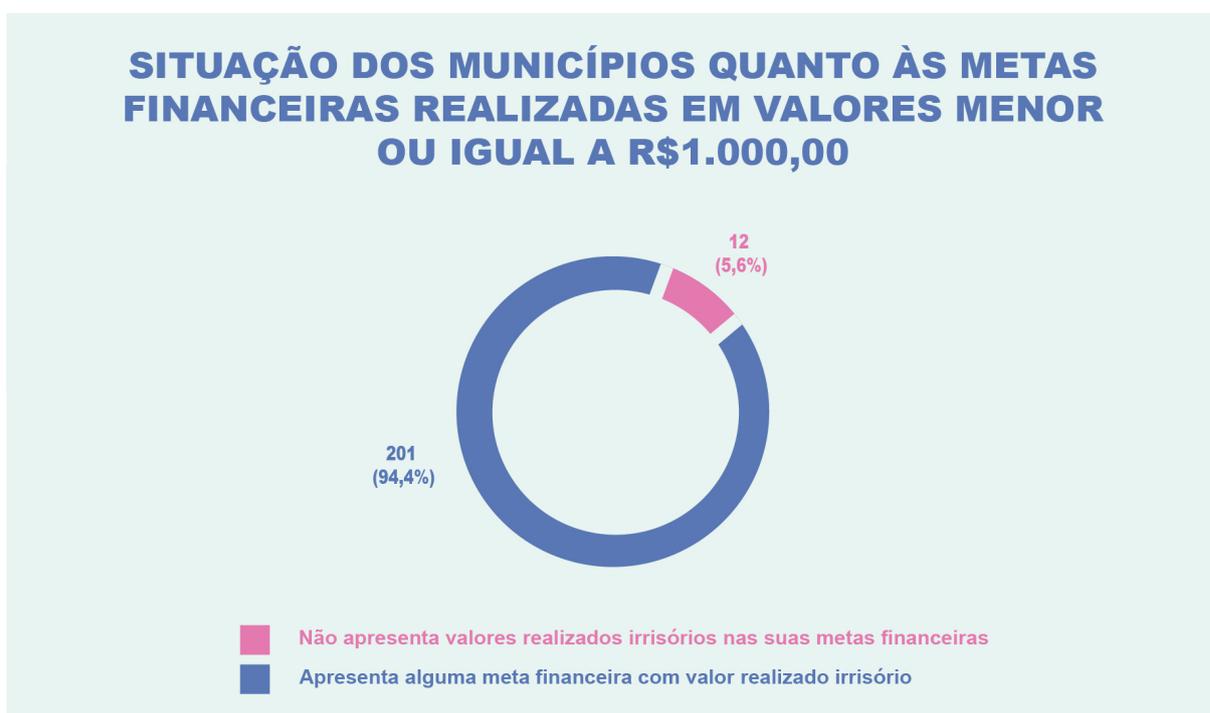
**Tabela 15 - Proporção de Metas Financeiras com valores Realizados menor ou igual a R\$1.000,00**

Faixa percentual em relação ao total de metas do PPA	Número de municípios	%
0%	12	5,6%
Maior que 0% até 10%	200	93,9%
Maior que 10% até 25%	1	0,5%
Maior que 25% até 50%	0	0,0%
Maior que 50% até 75%	0	0,0%
Maior que 75% e menor que 100%	0	0,0%
100%	0	0,0%
<b>Total</b>	<b>213</b>	<b>100%</b>

Fonte: TCEMG

Da análise da Tabela 15, verifica-se que o total de 12 (5,6%) municípios não apresentaram valores Realizados menor ou igual a R\$1.000,00 nas suas metas financeiras. Por outro lado, expressivos 201 (94,4%) municípios executaram alguma de suas Ações em valores anuais muito pequenos.

**Gráfico 9 - Situação dos Municípios quanto às Metas Financeiras Realizadas em valores menor ou igual a R\$1.000,00**



Fonte: TCEMG

Nos municípios analisados, a média de metas financeiras com valores Previstos menor ou igual a R\$1.000,00 é de 2,47% do total de metas do PPA.

## 2.1.4 - Planos Plurianuais contendo Metas Físicas Previstas e Realizadas das Ações com valor zero

**Tabela 16 - Metas Físicas Previstas e Realizadas**

Meta Física	Previsão igual a zero	Previsão maior que zero	Total
Valor realizado igual a zero	9.011	15.231	<b>24.242</b>
Valor realizado maior que zero e menor que o previsto	Não se aplica	3.443	<b>3.443</b>
Valor realizado igual ao previsto	Não se aplica	7.238	<b>7.238</b>
Valor realizado maior que o previsto	1.080	3.706	<b>4.786</b>
<b>Total</b>	<b>10.091</b>	<b>29.618</b>	<b>39.709</b>

Fonte: TCEMG

Da análise da Tabela 16, considerando o total de 39.709 Ações e Metas analisadas, destaca-se que 24.242 (61,0%) apresentavam valor **Realizado** da Meta Física da Ação igual a zero.

Considerando os municípios analisados, apenas 15 municípios (7,0%) não apresentaram valores **Previstos** de alguma de suas Metas Físicas iguais a zero.

### Gráfico 10 - Situação dos Municípios quanto às Metas Físicas em valores Previstos iguais a zero



Fonte: TCEMG

A média de Metas Físicas com valores **Previstos** iguais a zero nos municípios analisados é de 26,73% do total de metas do PPA.

Apenas 11 municípios (5,2%) não apresentaram valores **Realizados** iguais a zero em alguma de suas Metas Físicas.

**Gráfico 11 - Situação dos Municípios quanto às Metas Físicas Realizadas em valores iguais a zero**



Fonte: TCEMG



Nos municípios analisados, a média de Metas Físicas com valores **Realizados** iguais a zero é de 58,69% do total de metas do PPA.

Como no caso das Metas Financeiras, os dados acima demonstram a disposição dos municípios em realizar alterações significativas no planejamento inicial realizado, igualmente sugerindo a ocorrência de falhas na elaboração do planejamento municipal.

### **2.1.5 - Planos Plurianuais apresentando divergência entre as Metas Financeiras Previstas e Realizadas**

Ainda considerando a Tabela 11 à pg. 21, verificou-se que apenas 114 (0,3%) das Ações analisadas apresentaram valor **Realizado** da Meta Financeira igual ao valor **Previsto**.

Por sua vez, o valor Realizado **menor** que o Previsto foi verificado em 15.120 (38,1%) das Ações. Já o valor Realizado **maior** que o Previsto foi verificado em 4.825 (12,2%) das Ações.

As Tabelas 17 e 18 e o Gráfico 12 a seguir dão mais detalhes sobre as divergências entre as Metas Financeiras Previstas e Realizadas das Ações.

**Tabela 17 - Proporção de Metas Financeiras com valores Realizados menores que os Previstos**

Faixa percentual em relação ao total de metas do PPA	Número de municípios	%
0%	1	0,5%
Maior que 0% até 10%	0	0,0%
Maior que 10% até 25%	0	0,0%
Maior que 25% até 50%	4	1,9%
Maior que 50% até 75%	50	23,5%
Maior que 75% e menor que 100%	158	74,2%
100%	0	0,0%
<b>Total</b>	<b>213</b>	<b>100%</b>

Fonte: TCEMG

Da análise da Tabela 17, verifica-se que a média de Metas Financeiras com valores Realizados **menores** que os montantes Previstos nos municípios analisados é de 81,94% do total de metas do PPA.

Ressalte-se que o município de S apresentou todas as metas financeiras com valores Previstos iguais a zero.

**Gráfico 12 - Situação dos Municípios quanto às Metas Financeiras Realizadas em valores inferiores aos Previstos**



Fonte: TCEMG

**Tabela 18 - Proporção de Metas Financeiras com valores Realizados maiores que os Previstos**

Faixa percentual em relação ao total de metas do PPA	Número de municípios	%
0%	0	0,0%
Maior que 0% até 10%	117	54,9%
Maior que 10% até 25%	75	35,2%
Maior que 25% até 50%	21	9,9%
Maior que 50% até 75%	0	0,0%
Maior que 75% e menor que 100%	0	0,0%
100%	0	0,0%
<b>Total</b>	<b>213</b>	<b>100%</b>

Fonte: TCEMG

Da análise da Tabela 18, verifica-se que todos os 213 municípios apresentaram alguma Meta Financeira com valor Realizado **maior** do que o Previsto.

A média de metas financeiras com valores Realizados **maiores** que os montantes Previstos nos municípios analisados é de 12,2% do total de metas do PPA.

Mais uma vez os dados acima demonstram a disposição dos municípios em realizar alterações significativas no planejamento inicial realizado, igualmente sugerindo a ocorrência de falhas na elaboração do planejamento municipal.

### 2.1.6 - Planos Plurianuais apresentando divergência entre as Metas Físicas Previstas e Realizadas

Da análise da base de dados, verificou-se que apenas 29 municípios (13,6%) não apresentaram valores Realizados **abaixo** do Previsto nas suas Metas Físicas. Isso, no entanto, está relacionado ao fato de a maioria desses municípios indicar que o valor **Previsto** era zero.

**Gráfico 13 - Situação dos Municípios quanto às Metas Físicas Realizadas em valores inferiores aos Previstos**

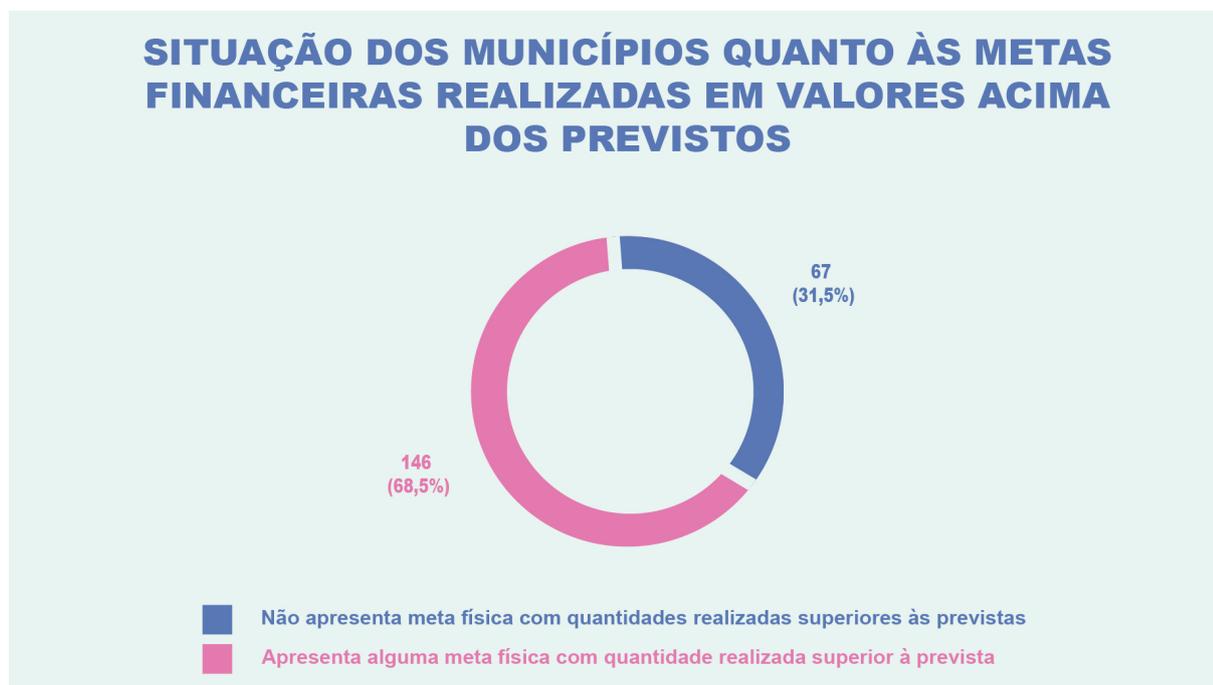


Fonte: TCEMG

Nos municípios analisados a média de Metas Físicas com valores Realizados **abaixo** do Previsto é de 44,42 % do total de metas do PPA.

Por sua vez, o total de 67 municípios (31,5%) não apresentaram valores Realizados **acima** do Previsto nas suas Metas Físicas.

**Gráfico 14 - Situação dos Municípios quanto às Metas Financeiras Realizadas em valores acima dos Previstos**



Fonte: TCEMG

A média de metas físicas com valores Realizados **acima** do Previsto é de 15,62 % do total de metas do PPA.

Novamente os dados acima sugerem a ocorrência de falhas na elaboração do planejamento municipal.

### 2.1.7 - Planos Plurianuais com valores Previstos das Metas Físicas e Financeiras iguais aos valores Realizados

**Tabela 19 - Análise da proporção de Metas Financeiras com valores Realizados iguais aos Previstos**

Faixa percentual em relação ao total de metas do PPA	Número de municípios	%
0%	157	73,7%
Maior que 0% até 10%	56	26,3%
Maior que 10% até 25%	0	0,0%
Maior que 25% até 50%	0	0,0%
maior que 50% até 75%	0	0,0%
Maior que 75% e menor que 100%	0	0,0%
100%	0	0,0%
<b>Total</b>	<b>213</b>	<b>100%</b>

Fonte: TCEMG

Da análise da Tabela 19, verifica-se que o total de 157 (73,7%) municípios não apresentaram Metas Financeiras com valores Realizados **iguais** aos Previstos.

A média de Metas Financeiras com valores Realizados **iguais** aos montantes Previstos nos municípios analisados é de apenas 0,27% do total de metas do PPA.

**Gráfico 15 - Situação dos Municípios quanto às Metas Financeiras Realizadas em valores iguais aos Previstos**



Fonte: TCEMG

Quanto às Metas Físicas, 126 (59,2%) municípios não apresentaram valores Realizados **iguais** aos Previstos.

**Gráfico 16 – Situação dos Municípios quanto às Metas Físicas Realizadas em valores iguais aos Previstos**



Fonte: TCEMG

A média de Metas Físicas com valores Realizados **iguais** aos Previstos nos municípios analisados é de 16,79% do total de metas do PPA.

Como nos casos anteriores, os dados acima sugerem a ocorrência de falhas na elaboração do planejamento municipal.

## 2.2 - Aderência das leis que dispuseram sobre os Planos Plurianuais dos municípios aos ODS



Da amostra analisada, nenhuma lei que instituiu o Plano Plurianual das Administrações Municipais para o quadriênio 2018/2021 incluiu expressamente em seus artigos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como elementos a serem considerados no cumprimento das diretrizes, objetivos e metas das ações governamentais.

Somente o Município de T introduziu posteriormente, no exercício de 2020, por meio do art. 46 da Lei de Diretrizes Orçamentária<sup>1</sup>, referência aos ODS nas Ações do referido exercício, utilizando codificação própria, sem estabelecer a correspondência entre a referência utilizada pelo município e os ODS e as metas da Agenda 2030. Ressalte-se que a lei que instituiu o Plano Plurianual 2018/2021 do município, Lei Municipal n. 1.837, de 22/12/2017<sup>2</sup>, não faz referência aos ODS em seus artigos e anexos.

Apesar da Agenda 2030 e seus 17 ODS ter como objetivo melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas e colocar o mundo em um caminho sustentável, objetivos cruciais também para os Municípios, a constatação acima indica o desconhecimento ou mesmo o desinteresse dos gestores municipais do Estado em implementar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em suas políticas públicas e projetos, mesmo após decorridos mais de cinco anos da sua discussão e proposta de adoção pelos 193 países membros das Nações Unidas, em setembro de 2015.

## 2.3 – Aderência das execuções orçamentárias e financeiras dos Programas, Ações e Metas dos Planos Plurianuais aos ODS

### 2.3.1 – ODS contemplados pelos Programas



Do total de 7.733 programas analisados, 4.745 (61,4%) possuem Objetivos relacionados a algum ODS.

Segundo a Tabela 20 abaixo, 3.545 (45,8%) do total de programas analisados se referem a Programas cujas Ações/Metas Financeiras foram realizadas em valores iguais ou superiores a R\$ 1.000,00.

Muito embora os municípios não façam nenhuma menção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em seus Planos Plurianuais, como apontado no item 2.2, cerca de metade dos programas analisados possuem objetivos relacionados a algum ODS.

<sup>1</sup> Disponível em <http://server.andradas.mg.gov.br:8080/GRP/servlets/portalcidadao/cadastrsgerais/downloadArquivoDigital?r-MUEUvCUUnUZyS=9CMh1C3CQKnCEU8vXdnCrX0tmEX5X0rrEfXr9jOXQ9AnCOQEOK12Cwh42t32KS5nl6rSGdr26bMbr1CO-jMtAhh3fQddj4bKCrE119Or&id=81941&vj5n8b4byr11GpXbMwvQC1vE20bMI7InyS8SAGSEOnK6jSMG9pnlQr8tIGC7ttDC9XUjUhME-6pKQdvQ4Z1914ArXUO07EM>

<sup>2</sup> Disponível em <http://server.andradas.mg.gov.br:8080/GRP/servlets/portalcidadao/cadastrsgerais/downloadArquivoDigital?r-nAjQdtpKpGd72=dfUQdSU8rGU69Xp84jGby0InfjS1wlGyjny44pS22Q3bjrQXCf899n3226K6yX3EdwyItQC5bOKZ4yXK1r-nZQf3K3Ej68G9vfKwb11&id=59113&MrGCOn9dn5dEyX7UKdwwMOlwlj2r66d94tyAhE41CXlvSt6ySXXjl9OQjby6p89Qj5wQQv-04Q2bj6859QwrKdSdUIQ5>

De acordo com a tabela, os ODS **mais contemplados** nos Programas (aparecem em mais de 5% do total de Programas analisados) foram o **ODS 01** – Erradicação da Pobreza, o **ODS 03** – Saúde e Bem-Estar, o **ODS 04** – Educação de Qualidade, o **ODS 11** – Cidades e Comunidades Sustentáveis e o **ODS 17** – Parcerias e Meios de Implementação.



**Tabela 20 - ODS contemplados nos Programas avaliados, com Ações/Metas Financeiras realizadas em valores superiores a R\$ 999,99 (em ordem decrescente de frequência)**

ODS	N. de Programas que se referem a ODS e com valores realizados acima de R\$ 999,99	% do total de Programas analisados
 <b>11</b> - Cidades e Comunidades Sustentáveis	902	11,66%
 <b>01</b> - Erradicação da Pobreza	852	11,02%
 <b>03</b> - Saúde e Bem-Estar	783	10,13%
 <b>04</b> - Educação de Qualidade	694	8,97%
 <b>17</b> - Parcerias e Meios de Implementação	442	5,72%
 <b>16</b> - Paz, Justiça e Instituições Eficazes	290	3,75%
 <b>06</b> - Água Potável e Saneamento	270	3,49%
 <b>09</b> - Indústria, Inovação e Infraestrutura	236	3,05%
 <b>02</b> - Fome Zero e Agricultura Sustentável	220	2,84%
 <b>08</b> - Trabalho Decente e Crescimento Econômico	129	1,67%
 <b>15</b> - Vida Terrestre	64	0,83%
 <b>12</b> - Consumo e Produção Responsáveis	10	0,13%
 <b>10</b> - Redução das Desigualdades	2	0,03%
 <b>05</b> - Igualdade de Gênero	1	0,01%
 <b>07</b> - Energia Limpa e Acessível	0	0,00%
 <b>13</b> - Ação Contra a Mudança Global do Clima	0	0,00%
 <b>14</b> - Vida na Água	0	0,00%
<b>Total (sem duplicidades)</b>	<b>3.545</b>	<b>45,8%</b>

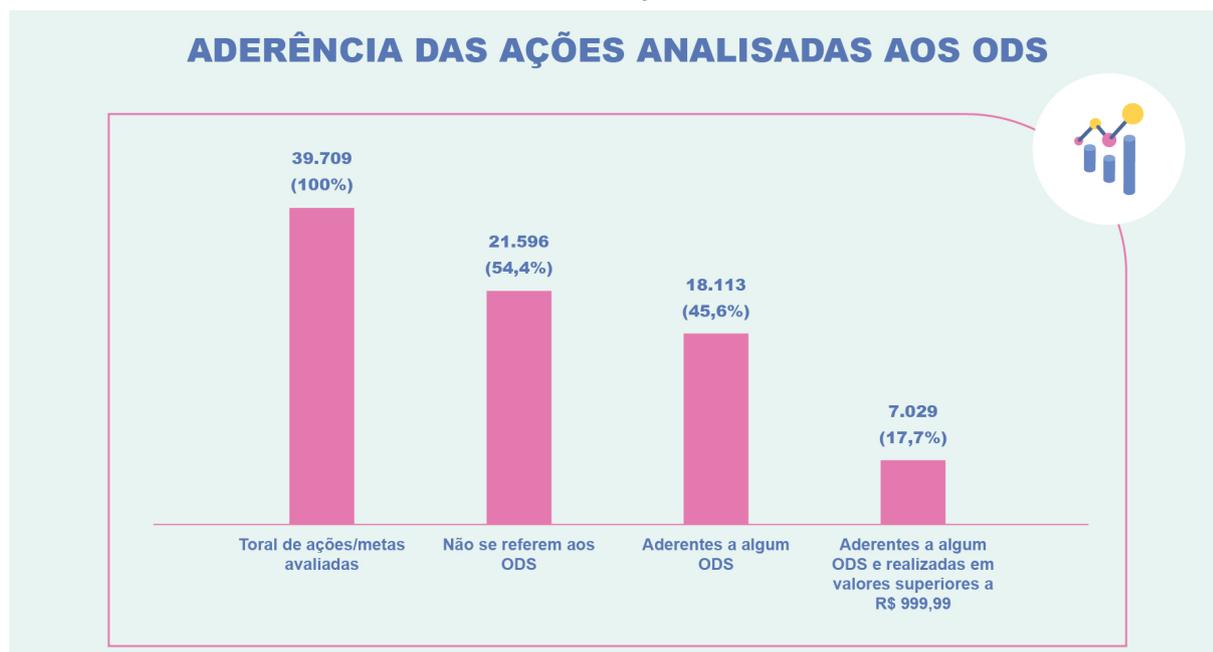
Fonte: TCEMG

Os ODS priorizados estão intimamente relacionados com a atuação precípua de um governo municipal nas áreas da saúde, educação, assistência social e obras e serviços urbanos, em significativas parcerias entre os níveis de governos e entidades públicas e particulares.

Os ODS **menos contemplados** nos Programas (aparecem em menos de 1% do total de Programas analisados) foram o **ODS 05** – Igualdade de Gênero, o **ODS 10** – Redução das Desigualdades, o **ODS 12** – Consumo e Produção Responsáveis, o **ODS 13** – Ação Contra a Mudança Global do Clima e o **ODS 15** – Vida Terrestre (o ODS 7 não é de competência municipal e o ODS 14 não se refere aos municípios mineiros).

## 2.3.2 – ODS contemplados pelas Ações

Gráfico 17 - Aderência das Ações analisadas aos ODS



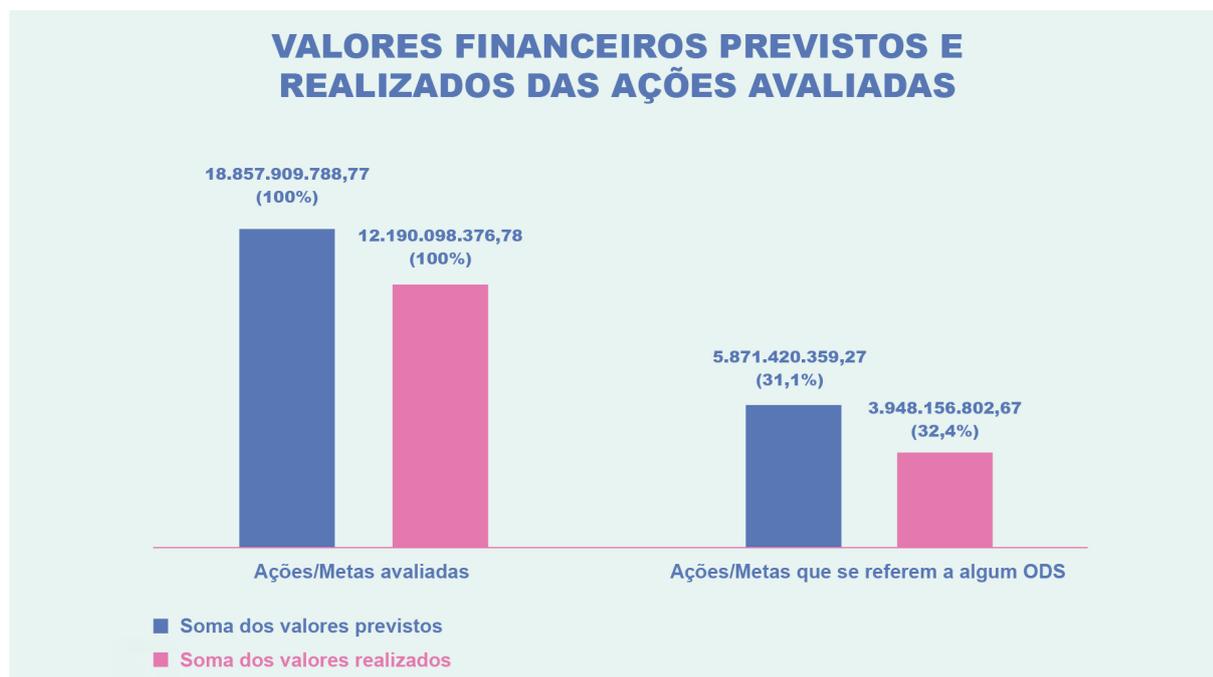
Fonte: TCEMG

Como pode ser observado no Gráfico 17, do total de 39.709 combinações de Ações examinadas, 18.113 (45,6%) estavam relacionadas a Ações aderentes a algum ODS. Desse total, no entanto, apenas **7.029 (17,7%)** se referem a Ações com metas financeiras realizadas em valores iguais ou superiores a R\$ 1.000,00.

Note-se que, de forma diferente dos Programas, baixo percentual das Ações analisadas em valores superiores a R\$999,99 se refere a algum ODS.

O Gráfico 18 evidencia os valores financeiros previstos e realizados das Ações analisadas, bem como os percentuais relativos àquelas aderentes a algum ODS:

Gráfico 18 - Valores financeiros previstos e realizados das Ações avaliadas



Fonte: TCEMG

De acordo com a Tabela 21 abaixo, os ODS **mais contemplados** pelas Ações com metas financeiras realizadas em valores iguais ou superiores a R\$ 1.000,00 (aparecem em mais de 3% do total de Ações analisadas) foram os mesmos ODS mais contemplados pelos Programas, ou seja, o **ODS 01** – Erradicação da Pobreza, o **ODS 03** – Saúde e Bem-Estar, o **ODS 04** – Educação de Qualidade, o **ODS 11** – Cidades e Comunidades Sustentáveis e o **ODS 17** – Parcerias e Meios de Implementação, confirmando a influência da atuação prioritária das gestões municipais nas áreas da saúde, educação, assistência social e obras e serviços urbanos, com parcerias entre governos e particulares.

Por sua vez, os ODS **menos contemplados** pelas Ações com metas financeiras realizadas em valores iguais ou superiores a R\$ 1.000,00 (aparecem em menos de 1% do total de Programas analisados) foram o **ODS 02** – Fome Zero e Agricultura Sustentável, o **ODS 05** – Igualdade de Gênero, o **ODS 06** – Água Potável e Saneamento, o **ODS 08** – Trabalho Decente e Crescimento Econômico, o **ODS 09** – Indústria, Inovação e Infraestrutura, o **ODS 10** – Redução das Desigualdades, o **ODS 12** – Consumo e Produção Responsáveis, o **ODS 13** – Ação Contra a Mudança Global do Clima e o **ODS 15** – Vida Terrestre (o ODS 7 não é de competência municipal e o ODS 14 não se refere aos municípios mineiros).



**Tabela 21 - ODS contemplados nas Ações avaliadas com metas financeiras realizadas superiores a R\$ 999,99 (em ordem decrescente de frequência)**

ODS	N. de Ações referente a ODS com metas financeiras realizadas superiores a R\$ 999,90	% do total de Ações analisadas
 <b>03</b> - Saúde e Bem-Estar	2.222	5,60%
 <b>17</b> - Parcerias e Meios de Implementação	1.986	5,00%
 <b>01</b> - Erradicação da Pobreza	1.608	4,05%
 <b>11</b> - Cidades e Comunidades Sustentáveis	1.425	3,59%
 <b>04</b> - Educação de Qualidade	1.248	3,14%
 <b>16</b> - Paz, Justiça e Instituições Eficazes	574	1,45%
 <b>02</b> - Fome Zero e Agricultura Sustentável	325	0,82%
 <b>06</b> - Água Potável e Saneamento	299	0,75%
 <b>09</b> - Indústria, Inovação e Infraestrutura	292	0,74%
 <b>08</b> - Trabalho Decente e Crescimento Econômico	115	0,29%
 <b>15</b> - Vida Terrestre	59	0,15%
 <b>12</b> - Consumo e Produção Responsáveis	20	0,05%
 <b>10</b> - Redução das Desigualdades	8	0,02%
 <b>05</b> - Igualdade de Gênero	4	0,01%
 <b>13</b> - Ação Contra a Mudança Global do Clima	1	0,00%

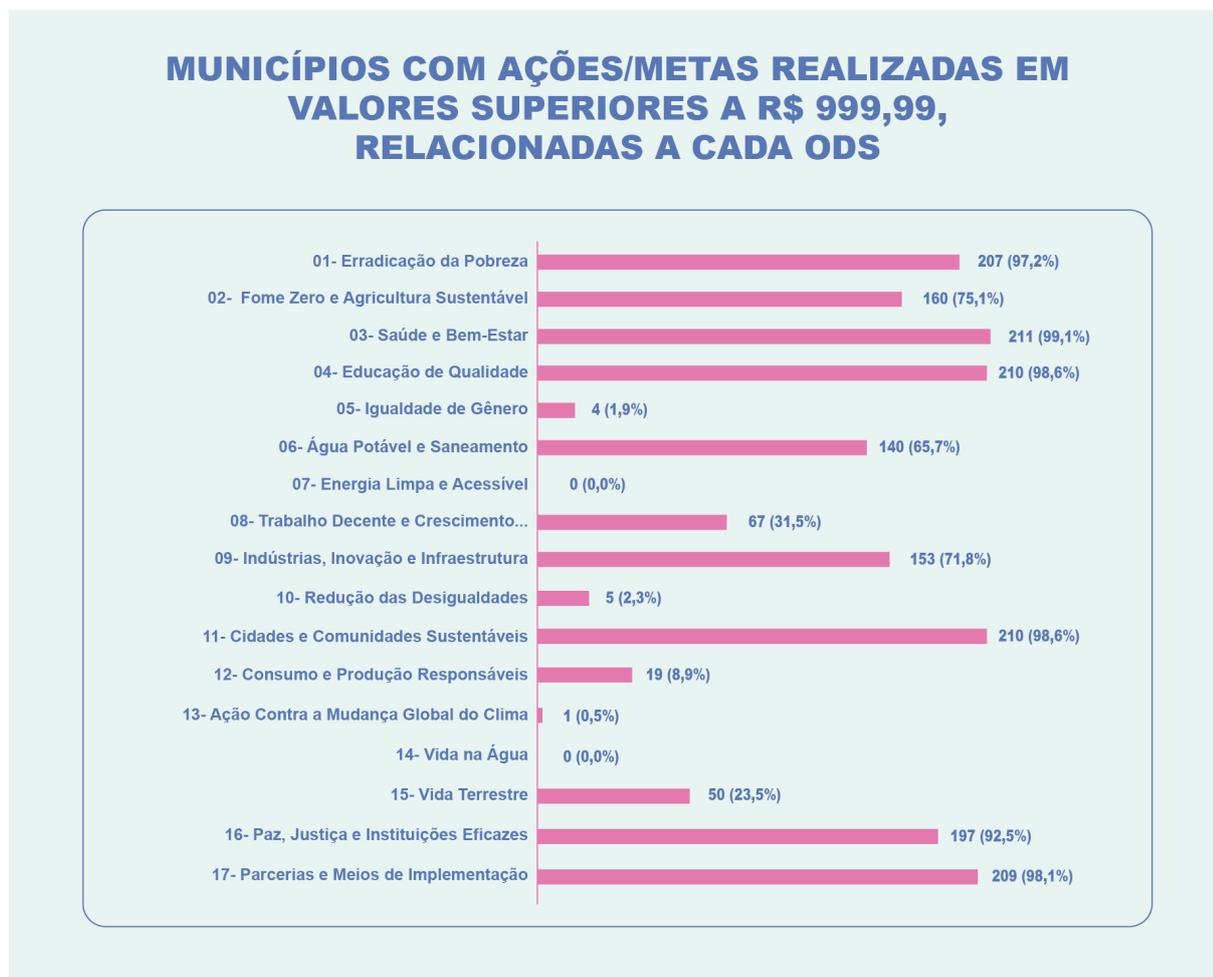


07 - Energia Limpa e Acessível	0	0,00%
14 - Vida na Água	0	0,00%
<b>Total (sem duplicidades)</b>	<b>7.029</b>	<b>17,7%</b>

Fonte: TCEMG

O Gráfico 19 mostra o número e percentual de municípios analisados com Ações **realizadas** em valores superiores a R\$ 999,99 em cada um dos 17 ODS.

### Gráfico 19 - Municípios com Ações/Metas realizadas em valores superiores a R\$ 999,99, relacionadas a cada ODS

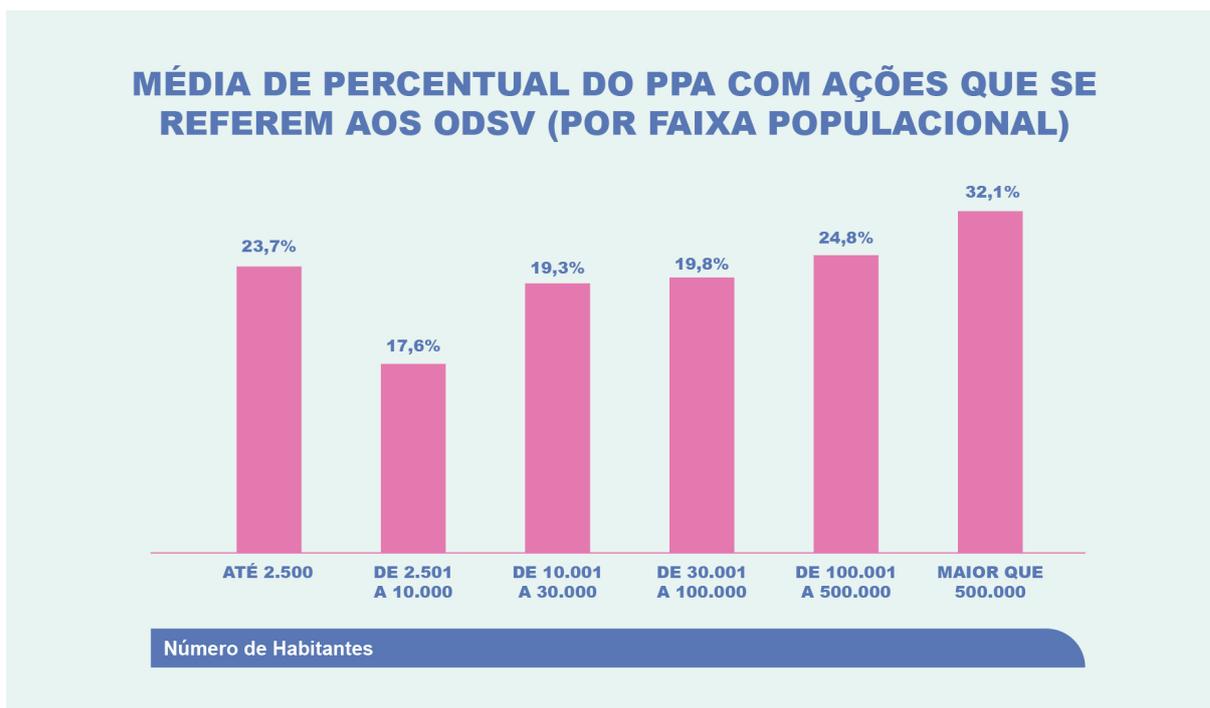


Fonte: TCEMG

Em média, **18,78%** das Ações constantes dos planos plurianuais dos municípios analisados possuem relação com os ODS e foram realizadas em valores de no mínimo R\$ 1.000,00.

Esse percentual aumenta ao se analisar os municípios com população acima de 100.000 habitantes, conforme Gráfico 20.

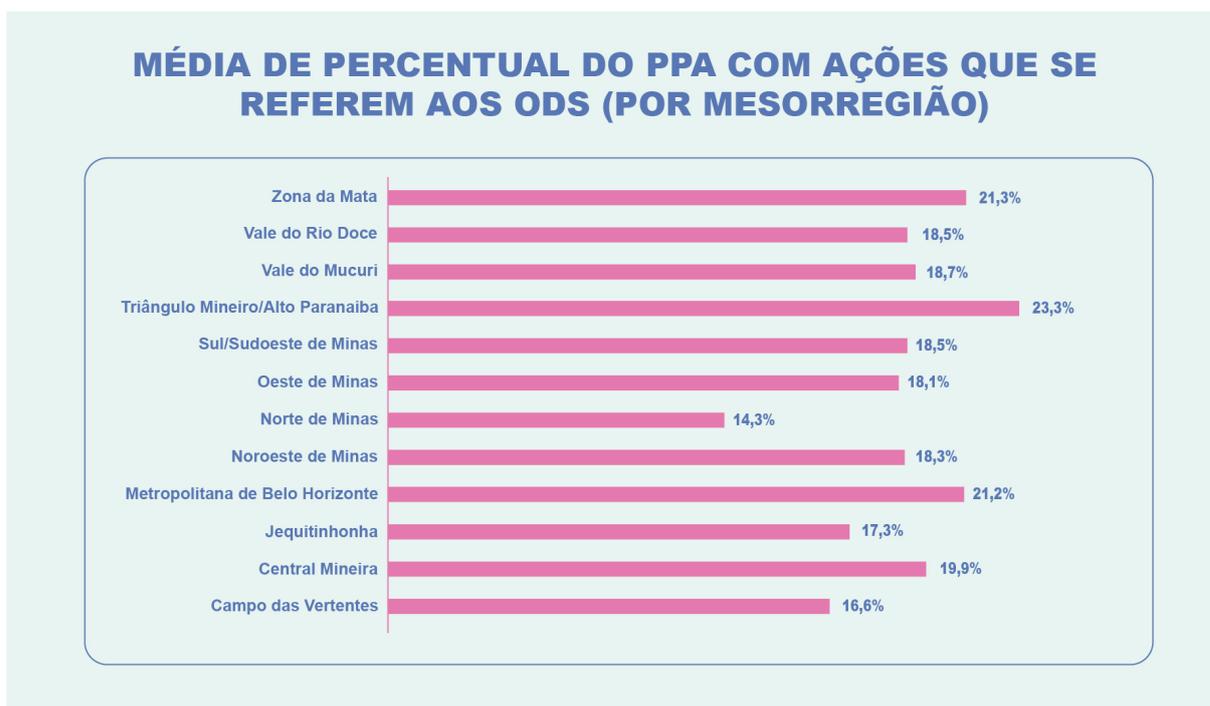
**Gráfico 20 - Média de percentual do PPA com Ações que se referem aos ODS (por faixa populacional)**



Fonte: TCEMG

Por sua vez, na análise por mesorregião verificou-se que os municípios do Norte de Minas apresentaram, em média, percentuais menores de Ações relacionadas aos ODS (**14,3%**), enquanto os do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba apresentaram os maiores percentuais (**23,3%**).

**Gráfico 21 - Média de percentual do PPA com Ações que se referem aos ODS (por mesorregião)**



Fonte: TCEMG

A análise dos dados também sugere que há uma relação entre os indicadores utilizados para a seleção dos municípios da amostra (item 1.4, pg. 09) e o percentual de Ações que se refere aos ODS, uma vez que:

- aqueles que foram incluídos na amostra por possuir resultados abaixo da mediana apresentaram média de **16,9%** das Ações relacionadas aos ODS; e

- aqueles que foram incluídos na amostra por possuir resultados acima da mediana apresentaram média de **20,6%** das Ações relacionadas aos ODS.

### 2.3.3 – Metas nacionais contempladas pelas Ações

As informações referentes às Metas Nacionais e respectivos ODS contemplados pelas Ações realizadas pelos municípios analisados se encontram compiladas nas Metas Nacionais e ODS contempladas pelas Ações. Nele estão indicados, para cada Meta Nacional e respectivo ODS: a) Número de Ações que se referem a essa Meta Nacional; b) Quantas Ações foram realizadas em valores superiores a R\$ 999,99; c) Valores totais **Previstos** das Ações; e d) Valores totais **Realizados** das Ações. A partir dessas informações, o Apêndice demonstra de forma clara as Metas Nacionais e respectivos ODS contemplados pelas Ações analisadas, bem como aquelas que não foram contempladas.

Dentre as constatações possíveis de serem feitas a partir das informações adquiridas nos levantamentos, destacam-se na tabela abaixo as metas mais contempladas pelas Ações dos municípios analisados (mais de mil Ações):

 **Tabela 22 - Metas nacionais mais contempladas pelas Ações analisadas**

Meta	Resumo da Meta
17.17	Parcerias eficazes nos âmbitos públicos, público-privados, privados e da sociedade civil
1.4	Garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade, tenham acesso a serviços básicos
1.3	Assegurar para todos o acesso ao sistema de proteção social, garantindo a cobertura integral dos pobres e das pessoas em situação de vulnerabilidade
3.8	Assegurar, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), a cobertura universal de saúde
4.2	Assegurar a todas as meninas e meninos o desenvolvimento integral na primeira infância, acesso a cuidados e à educação infantil de qualidade
11.1	Garantir o acesso de todos a moradia digna, adequada e a preço acessível, aos serviços básicos e urbanizar os assentamentos precários
4.1	Garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino fundamental e médio, equitativo e de qualidade
11.7	Proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência, e demais grupos em situação de vulnerabilidade
2.3	Aumentar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos
16.1	Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionadas, em todos os lugares

Destaca-se também o total de Metas Nacionais de competência dos municípios mineiros atribuídas a cada ODS na Agenda 2030 e o total de metas contempladas pelo menos uma vez pelos municípios analisados para cada ODS, em valores Realizados maiores que zero:



**Tabela 23 – Total de Metas Nacionais de competência dos municípios mineiros atribuídas aos ODS e número de metas contempladas pelo menos uma vez pelos municípios analisados em valores Realizados maiores que zero**

ODS	Total de Metas Nacionais atribuídas ao ODS	Número de metas contempladas pelo menos uma vez, em valores Realizados maiores que zero
 1 - Erradicação da Pobreza	7	6
 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável	7	4
 3 - Saúde e Bem-Estar	12	11
 4 - Educação de Qualidade	9	9
 5 - Igualdade de Gênero	11	3
 6 - Água Potável e Saneamento	8	5
 7 - Energia Limpa e Acessível	0	0
 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico	9	6
 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura	7	3
 10 - Redução das Desigualdades	5	4
 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	9	7
 12 - Consumo e Produção Responsáveis	9	6
 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima	3	1
 14 - Vida na Água	0	0
 15 - Vida Terrestre	15	5
 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes	8	5
 17 - Parcerias e Meios de Implementação	4	4
<b>Total</b>	<b>123</b>	<b>79</b>



Mesmo com a atuação prioritária das gestões municipais nas áreas da saúde, educação, assistência social e obras e serviços urbanos, a tabela acima mostra que, considerando as Metas Nacionais dos ODS, os municípios analisados atuaram – pelo menos uma vez e em valores Realizados maiores que zero – em 79 (64,2%) das 123 Metas Nacionais de competência municipal, indicando que ainda há um considerável caminho a ser por eles trilhado na busca pelo desenvolvimento sustentável proposto pela Agenda 2030.

### 2.3.4 – ODS priorizados na execução orçamentária e financeira

**Tabela 24 – Valores previstos e realizados das Ações e Metas relacionadas aos ODS  
(em ordem decrescente de valor total realizado)**

ODS	Soma dos valores previstos	Soma dos valores realizados	% do total realizado das Ações e Metas analisadas
 <b>03</b> - Saúde e Bem-Estar	2.136.666.594,49	1.906.844.129,40	15,64%
 <b>11</b> - Cidades e Comunidades Sustentáveis	1.626.807.502,45	1.007.308.469,68	8,26%
 <b>17</b> - Parcerias e Meios de Implementação	1.219.267.505,66	711.583.591,73	5,84%
 <b>04</b> - Educação de Qualidade	1.155.096.616,56	607.005.731,46	4,98%
 <b>01</b> - Erradicação da Pobreza	862.054.814,84	501.235.582,13	4,11%
 <b>09</b> - Indústria, Inovação e Infraestrutura	349.835.306,37	258.714.845,81	2,12%
 <b>06</b> - Água Potável e Saneamento	224.760.120,58	87.677.089,30	0,72%
 <b>16</b> - Paz, Justiça e Instituições Eficazes	142.060.786,93	79.481.570,37	0,65%
 <b>02</b> - Fome Zero e Agricultura Sustentável	103.962.617,52	38.996.804,48	0,32%
 <b>08</b> - Trabalho Decente e Crescimento Econômico	93.405.014,44	24.948.553,88	0,20%
 <b>12</b> - Consumo e Produção Responsáveis	11.746.707,57	7.336.812,48	0,06%
 <b>15</b> - Vida Terrestre	15.571.814,15	6.792.683,68	0,06%
 <b>05</b> - Igualdade de Gênero	1.572.164,00	1.493.142,53	0,01%
 <b>10</b> - Redução das Desigualdades	1.243.660,20	502.087,87	0,00%
 <b>13</b> - Ação Contra a Mudança Global do Clima	123.800,00	6.930,00	0,00%
 <b>07</b> - Energia Limpa e Acessível	0,00	0,00	0,00%
 <b>14</b> - Vida na Água	0,00	0,00	0,00%
<b>Total (sem duplicidades)</b>	<b>5.871.420.359,27</b>	<b>3.948.156.802,67</b>	<b>32,4%</b>

Fonte: TCEMG

De acordo com a Tabela 24, os ODS priorizados na execução orçamentária e financeira, seja quanto à soma dos valores previstos quanto à soma dos valores realizados das Ações e Metas analisadas foram os mesmos ODS mais contemplados pelos Programas e pelas Ações, ou seja, o **ODS 01** – Erradicação da Pobreza, o **ODS 03** – Saúde e Bem-Estar, o **ODS 04** – Educação de Qualidade, o **ODS 11** – Cidades e Comunidades Sustentáveis e o **ODS 17** – Parcerias e Meios de Implementação.

Por sua vez, os ODS que foram **menos** priorizados na execução orçamentária e financeira foram o **ODS 02** – Fome Zero e Agricultura Sustentável, o **ODS 05** – Igualdade de Gênero, o **ODS 06** – Água Potável e Saneamento, o **ODS 08** – Trabalho Decente e Crescimento Econômico, o **ODS 10** – Redução das Desigualdades, o **ODS 12** – Consumo e Produção Responsáveis, o **ODS 13** – Ação Contra a Mudança Global do Clima e o **ODS 15** – Vida Terrestre e o **ODS**

16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes (o ODS 7 não é de competência municipal e o ODS 14 não se refere aos municípios mineiros).

### 2.3.5 - Metas nacionais priorizadas na execução orçamentária e financeira

Como informado no item 2.2.3, as informações referentes às Metas Nacionais e respectivos ODS contemplados pelas Ações realizadas pelos municípios analisados, o qual demonstra de forma clara as Metas Nacionais e respectivos ODS priorizados na execução orçamentária e financeira.

A partir das informações deste estudo de levantamento de dados entre os números de ações /metas que se referem à meta IPEA, destacam-se abaixo as metas nacionais cujas Ações dos municípios analisados realizaram mais recursos (mais de R\$100.000.000,00):



**Tabela 25 - Metas nacionais mais contempladas pelas Ações analisadas**

Meta	Resumo da Meta
3.8	Assegurar, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), a cobertura universal de saúde
17.17	Parcerias eficazes nos âmbitos públicos, público-privados, privados e da sociedade civil
1.4	Garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade, tenham acesso a serviços básicos
4.1	Garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino fundamental e médio, equitativo e de qualidade
3.3	Acabar, como problema de saúde pública, com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária, hepatites virais, doenças negligenciadas, doenças transmitidas pela água, arboviroses transmitidas pelo <i>aedes aegypti</i> e outras doenças transmissíveis
11.3	Aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, aprimorar as capacidades para o planejamento, para o controle social e para a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos
11.2	Melhorar a segurança viária e o acesso à cidade por meio de sistemas de mobilidade urbana mais sustentáveis, inclusivos, eficientes e justos, priorizando o transporte público de massa e o transporte ativo, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade
4.2	Assegurar a todas as meninas e meninos o desenvolvimento integral na primeira infância, acesso a cuidados e à educação infantil de qualidade
1.3	Assegurar para todos o acesso ao sistema de proteção social, garantindo a cobertura integral dos pobres e das pessoas em situação de vulnerabilidade
9.1	Aprimorar o sistema viário do País, com foco em sustentabilidade e segurança no trânsito e transporte, equalizando as desigualdades regionais, promovendo a integração regional e transfronteiriça, na busca de menor custo, para o transporte de passageiros e de cargas
11.1	Garantir o acesso de todos a moradia digna, adequada e a preço acessível, aos serviços básicos e urbanizar os assentamentos precários
11.7	Proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência, e demais grupos em situação de vulnerabilidade
11.6	Reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, melhorando os índices de qualidade do ar e a gestão de resíduos sólidos
4.A	Ofertar infraestrutura física escolar adequada às necessidades da criança, acessível às pessoas com deficiências e sensível ao gênero, que garanta a existência de ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos

Nota-se que, das 14 metas listadas acima, 8 metas (3.8, 17.17, 1.4, 4.1, 4.2, 1.3, 11.1, 11.7) também estão presentes entre as 10 Metas Nacionais mais contempladas pelas Ações (Tabela 22).

## 3 – CONCLUSÃO

Realizado o presente Levantamento com o objetivo de apresentar uma visão sistêmica dos Planos Plurianuais – PPA dos municípios e identificar e quantificar a aderência dos PPAs aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, constatou-se:

### Quanto à visão sistêmica dos Programas, Ações e Metas dos Planos Plurianuais:

a) Programas e Ações apresentando informações claramente impróprias para determinar as áreas que a administração pretendia atuar e as demandas e necessidades da comunidade que pretendia atender:

- Dos 7.733 Programas analisados, o total de 148 (1,9%) não apresentaram detalhamento de seus Objetivos;
- 22 (10,3%) municípios apresentaram em seus Planos Plurianuais pelo menos um Programa cujo Objetivo não estava especificado;
- Das 39.002 Ações analisadas, 2.796 (7,2%) apresentaram informações impróprias relativas às Finalidades, Produtos e Unidades de Medida da Ações;
- 56 (26,3%) municípios apresentaram em seus Planos Plurianuais pelo menos uma Ação sem especificação adequada da Finalidade e/ou Produto e/ou Unidade de Medida;

b) Planos Plurianuais contendo Metas Físicas e Financeiras Previstas e Realizadas das Ações que sugerem a disposição dos municípios em realizar alterações significativas no planejamento inicial realizado, bem como a ocorrência de falhas na elaboração do planejamento da atuação governamental:

#### b1) Quanto à Meta Financeira Realizada

- Do total de 39.709 Ações e Metas analisadas, 19.650 (49,5%) apresentavam valor Realizado da Meta Financeira da Ação igual a R\$ 0,00;
- Todos os 213 municípios apresentaram em seus Planos Plurianuais alguma Meta Financeira com valor Realizado igual a zero;
- Nos municípios analisados, a média de Metas Financeiras com valores Realizados iguais a zero é de 47,14% do total de metas do PPA;

- 12 (5,6%) municípios não apresentaram valores Realizados menor ou igual a R\$1.000,00 nas suas Metas Financeiras. Por outro lado, expressivos 201 (94,4%) municípios executaram alguma de suas Ações em valores anuais muito pequenos;

#### b2) Quanto à Meta Financeira Prevista

- 3.629 (9,1%) das Ações apresentaram valor Previsto da Meta Financeira igual a R\$ 0,00;
- Apenas 36 (16,9%) municípios apresentaram todos os valores Previstos das Metas Financeiras maiores do que zero;
- 127 (59,6%) municípios apresentaram até 10% dos valores Previstos das Metas Financeiras de suas Ações iguais a zero;
- A média de Metas Financeiras com valores Previstos iguais a zero nos municípios analisados é de 7,65% do total de metas do PPA;
- 97 (45,5%) municípios destinaram valores anuais menores ou iguais a R\$1.000,00 para alguma Meta Financeira de suas Ações;
- A média de Metas Financeiras com valores Previstos menor ou igual a R\$1.000,00 é de 2,47% do total de metas do PPA;

#### b3) Quanto à Meta Física Prevista e Realizada

- Apenas 15 (7,0%) municípios não apresentaram valores Previstos de alguma de suas Metas Físicas iguais a zero;
- A média de Metas Físicas com valores Previstos iguais a zero nos municípios analisados é de 26,73% do total de metas do PPA;
- Do total de 39.709 Ações e Metas analisadas, 24.242 (61,0%) apresentavam valor Realizado da Meta Física da Ação igual a zero;
- Apenas 11 (5,2%) municípios não apresentaram valores Realizados iguais a zero em alguma de suas Metas Físicas;
- Nos municípios analisados, a média de Metas Físicas com valores Realizados iguais a zero é de 58,69% do total de metas do PPA;

#### b4) Quanto à divergência entre as Metas Financeiras Previstas e Realizadas

- Apenas 114 (0,3%) das Ações analisadas apresentaram valor Realizado da Meta Financeira igual ao valor Previsto;
- O valor Realizado menor que o Previsto foi verificado em 15.120 (38,1%) das Ações;
- O valor Realizado maior que o Previsto foi verificado em 4.825 (12,2%) das Ações;
- A média de Metas Financeiras com valores Realizados menores que os montantes Previstos nos municípios analisados é de 81,94% do total de metas do PPA;

- Todos os 213 municípios apresentaram alguma Meta Financeira com valor Realizado maior do que o Previsto;
- A média de Metas Financeiras com valores Realizados maiores que os montantes Previstos nos municípios analisados é de 12,2% do total de metas do PPA;

b5) Quanto à divergência entre as Metas Físicas Previstas e Realizadas

- Apenas de 29 (13,6%) municípios não apresentaram valores Realizados abaixo do Previsto nas suas Metas Físicas;
- A média de Metas Físicas com valores Realizados abaixo do Previsto é de 44,42 % do total de metas do PPA;
- O total de 67 (31,5%) municípios não apresentaram valores Realizados acima do Previsto nas suas Metas Físicas;
- A média de Metas Físicas com valores Realizados acima do Previsto é de 15,62 % do total de metas do PPA;

b6) Quanto aos valores Previstos das Metas Físicas e Financeiras iguais aos valores Realizados

- 157 (73,7%) municípios não apresentaram Metas Financeiras com valores Realizados iguais aos Previstos;
- A média de Metas Financeiras com valores Realizados iguais aos montantes Previstos nos municípios analisados é de apenas 0,27% do total de metas do PPA;
- 126 (59,2%) municípios não apresentaram valores Realizados das Metas Físicas iguais aos Previstos;
- A média de Metas Físicas com valores Realizados iguais aos Previstos nos municípios analisados é de 16,79% do total de metas do PPA.

Quanto a aderência das leis que dispuseram sobre os Planos Plurianuais dos municípios aos ODS

- Nenhuma lei que instituiu o Plano Plurianual das Administrações Municipais para o quadriênio 2018/2021 incluiu expressamente em seus artigos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como elementos a serem considerados no cumprimento das diretrizes, objetivos e metas das ações governamentais, indicando o desconhecimento ou mesmo o desinteresse dos gestores municipais do Estado em implementar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em suas políticas públicas e projetos.
- Somente o Município de T introduziu posteriormente, no exercício de 2020, referência aos ODS nas Ações do referido exercício.

## Quanto a aderência das execuções orçamentárias e financeiras dos Programas, Ações e Metas dos Planos Plurianuais aos ODS

Os ODS priorizados pelos municípios analisados estão intimamente relacionados com a atuação precípua de um governo municipal nas áreas da saúde, educação, assistência social e obras e serviços urbanos, em significativas parcerias entre os níveis de governos e entidades públicas e particulares.

### a) ODS contemplados pelos Programas

- Do total de 7.733 Programas analisados, 4.745 (61,4%) possuem Objetivos relacionados a algum ODS;
- Os ODS mais contemplados nos Programas foram o **ODS 01** – Erradicação da Pobreza, o **ODS 03** – Saúde e Bem-Estar, o **ODS 04** – Educação de Qualidade, o **ODS 11** – Cidades e Comunidades Sustentáveis e o **ODS 17** – Parcerias e Meios de Implementação;
- Os ODS menos contemplados nos Programas foram o **ODS 05** – Igualdade de Gênero, o **ODS 10** – Redução das Desigualdades, o **ODS 12** – Consumo e Produção Responsáveis, o **ODS 13** – Ação Contra a Mudança Global do Clima e o **ODS 15** – Vida Terrestre;

### b) ODS contemplados pelas Ações

- Do total de 39.709 combinações de Ações examinadas, 18.113 (45,6%) estavam relacionadas a Ações aderentes a algum ODS. Desse total, apenas **7.029 (17,7%)** se referem a Ações com metas financeiras realizadas em valores iguais ou superiores a R\$ 1.000,00;
- Os ODS mais contemplados pelas Ações foram os mesmos ODS mais contemplados pelos Programas, ou seja, o **ODS 01** – Erradicação da Pobreza, o **ODS 03** – Saúde e Bem-Estar, o **ODS 04** – Educação de Qualidade, o **ODS 11** – Cidades e Comunidades Sustentáveis e o **ODS 17** – Parcerias e Meios de Implementação;
- Os ODS menos contemplados pelas Ações com Metas Financeiras Realizadas em valores iguais ou superiores a R\$ 1.000,00 foram o **ODS 02** – Fome Zero e Agricultura Sustentável, o **ODS 05** – Igualdade de Gênero, o **ODS 06** – Água Potável e Saneamento, o **ODS 08** – Trabalho Decente e Crescimento Econômico, o **ODS 09** – Indústria, Inovação e Infraestrutura, o **ODS 10** – Redução das Desigualdades, o **ODS 12** – Consumo e Produção Responsáveis, o **ODS 13** – Ação Contra a Mudança Global do Clima e o **ODS 15** – Vida Terrestre;
- Em média, 18,78% das Ações constantes dos Planos Plurianuais dos municípios analisados possuem relação com os ODS e foram realizadas em valores de no mínimo R\$ 1.000,00;

### c) Metas nacionais contempladas pelas Ações

- As metas nacionais mais contempladas pelas Ações dos municípios analisados foram 1.3, 1.4, 2.3, 3.8, 4.1, 4.2, 11.1, 11.7, 16.1 e 17.17;
- Mesmo com a atuação prioritária das gestões municipais nas áreas da saúde, educa-

ção, assistência social e obras e serviços urbanos, considerando as Metas Nacionais dos ODS, os municípios analisados atuaram – pelo menos uma vez e em valores Realizados maiores que zero – em 79 (64,2%) das 123 Metas Nacionais de competência municipal, indicando que ainda há um considerável caminho a ser por eles trilhado na busca pelo desenvolvimento sustentável proposto pela Agenda 2030;

d) ODS priorizados na execução orçamentária e financeira

- Os ODS priorizados na execução orçamentária e financeira, seja quanto à soma dos valores Previstos quanto à soma dos valores Realizados das Ações e Metas analisadas foram os mesmos ODS mais contemplados pelos Programas e pelas Ações, ou seja, o **ODS 01** – Erradicação da Pobreza, o **ODS 03** – Saúde e Bem-Estar, o **ODS 04** – Educação de Qualidade, o **ODS 11** – Cidades e Comunidades Sustentáveis e o **ODS 17** – Parcerias e Meios de Implementação;
- Os ODS que foram menos priorizados na execução orçamentária e financeira foram o **ODS 02** – Fome Zero e Agricultura Sustentável, o **ODS 05** – Igualdade de Gênero, o **ODS 06** – Água Potável e Saneamento, o **ODS 08** – Trabalho Decente e Crescimento Econômico, o **ODS 10** – Redução das Desigualdades, o **ODS 12** – Consumo e Produção Responsáveis, o **ODS 13** – Ação Contra a Mudança Global do Clima e o **ODS 15** – Vida Terrestre e o **ODS 16** – Paz, Justiça e Instituições Eficazes;

e) Metas nacionais priorizadas na execução orçamentária e financeira

- As metas nacionais cujas Ações dos municípios analisados realizaram mais recursos foram 1.3, 1.4, 3.3, 3.8, 4.1, 4.2, 4.A, 9.1, 11.1, 11.2, 11.3, 11.7, 11.6 e 17.17.



